

PROMOÇÃO DA CULTURA DE RISCOS DE DESASTRES

Relatório dos resultados parciais do projeto

Ministério da Integração Nacional
Secretaria Nacional de Defesa Civil
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

PROMOÇÃO DA CULTURA DE RISCOS DE DESASTRES

Relatório dos resultados parciais do projeto

CEPED UFSC
Florianópolis, 2011

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Excelentíssima Senhora Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Excelentíssimo Senhor Fernando Bezerra de Souza Coelho

SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Excelentíssima Senhora Ivone Maria Valente

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MINIMIZAÇÃO DE DESASTRES

Excelentíssima Senhora Daniela da Cunha Lopes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Álvaro Toubes Prata, Dr.

Diretor do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Edson da Rosa, Dr.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

Diretor Geral

Professor Antônio Edesio Jungles, Dr.

Diretor Técnico e de Ensino

Professor Marcos Baptista Lopez Dalmau, Dr.

Diretor de Articulação Institucional

Professor Irapuan Paulino Leite, Msc.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Superintendente Geral

Professor Pedro da Costa Araújo, Dr.

EDITORA LUA NOVA

Diretor

Luciano Porto.

REVISTA COM CIÊNCIA AMBIENTAL

Diretora de Redação

Cilene Victor, Dra.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

Promoção da cultura de riscos de desastres: relatório dos resultados parciais do projeto / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. - Florianópolis: CEPED, 2011.
96 p. : il. color. ; 25 cm.

1. Riscos de desastres. 2. Comunicação. I. Universidade Federal de Santa Catarina. II. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

CDU 351.862

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados parciais do projeto **Promoção da Cultura de Riscos de Desastres - PCRDR**, realizado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em cooperação técnica com o CEPED UFSC e parceria com revista Com Ciência Ambiental.

O PCRDR sustenta-se no entendimento de que a redução de desastres passa pela construção de uma sociedade em que prevaleça a cultura de riscos. Por meio de políticas públicas direcionadas para além da minimização das ameaças ao contemplar a redução de vulnerabilidades, é essencial investir em ações não estruturais, especialmente direcionadas a comunidades vulneráveis.

É neste ponto que o PCRDR se faz presente, atuando diretamente na capacitação de agentes de defesa civil, formal e informalmente constituídos. A descrição do andamento dos trabalhos e as indicações dos principais pontos de reflexão, a partir das experiências de campo, objetivam dar transparência ao projeto, ao mesmo tempo em que se cumpra com o papel da universidade de construir e divulgar conhecimento.

Prof. Antonio Edesio Jungles, Dr.
Diretor Geral do CEPED UFSC

EXECUÇÃO DO PROJETO

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

Coordenação do Projeto

Professor Antonio Edesio Jungles, Dr.

Elaboração do Relatório Final

Cilene Victor

Erik Bernardes

Paulo Fernando Costa

Sarah Marcela Chinchilla Cartagena

Corpo Técnico

CEPED UFSC

Erik Bernardes

Janaina Rocha Furtado

Juliana Frandalozo Alves dos Santos

Paulo Fernando Costa

Sarah Marcela Chinchilla Cartagena

DMD/SEDEC/MI – Núcleo de Comunicação de Riscos

Luana Gonçalves de Sousa

Mateus Medeiros de Oliveira

EDITORA LUA NOVA – Revista Com Ciência Ambiental

Cilene Victor, Dra.

Apoio

CEPED UFSC

Eliane Alves Barreto

Michelly Panicio

Paulo Roberto dos Santos

EDITORA LUA NOVA – Revista Com Ciência Ambiental

Alexandre Souza

Francisco Freire

Nilthon Fernandes

RESUMO

O projeto **PCRD - Promoção da Cultura de Riscos de Desastres**, iniciativa do Departamento de Minimização de Desastres, da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) do Ministério da Integração Nacional, foi concebido em 2008 e iniciado em março de 2010.

Para alcançar o objetivo central de promover a cultura de risco de desastres, compreendida como a cultura de enfrentamento dos riscos de desastres, em detrimento da cultura de desastres – mais presente na realidade brasileira –, o projeto **PCRD** está estruturado em seis ações: Oficina de Capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos de Desastres; Caderno Especial na Revista Com Ciência Ambiental – Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas; Seção Especial na Revista Com Ciência Ambiental – Cidades Seguras; Veiculação de Campanhas de Prevenção; Anuário Brasileiro de Ocorrência de Desastres; Pesquisa-ação em Comunicação e Percepção de Riscos.

A referência técnico-científica do projeto **PCRD** está sustentada, majoritariamente, em dois campos da ciência do risco, *a percepção* e *a comunicação de riscos*, e no Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec). Esse embasamento ajudou a conceber e a conduzir as principais ações do **PCRD**.

Outras referências – descritas em detalhes no item 2.6 – também foram necessárias para subsidiar a análise da cobertura da imprensa sobre fatos relacionados à Defesa Civil e a riscos de desastres. Entre elas, destacam-se algumas teorias da comunicação, como a Hipótese do *Agenda-setting*, segundo a qual os meios de comunicação de massa pautam as conversas cotidianas.

Durante a execução do projeto, além do referencial técnico científico, a inter-relação das seis ações foi fundamental para o enriquecimento do trabalho. A realização das oficinas, por exemplo, foi constantemente aperfeiçoada em conteúdo e dinâmica, a partir dos resultados obtidos com os grupos focais, ou com novos exemplos de divulgação da temática na imprensa.

Igualmente, a realização da pesquisa-ação pôde ser aprimorada a partir de novos assuntos discutidos durante as oficinas, configurando-se em um constante processo de melhoria.

De março a dezembro de 2010, o **PCRD** esteve presente em 15 unidades federativas,

onde realizou além das oficinas de capacitação, 10 grupos focais, e pesquisa-ação com 32 moradores de áreas de risco. Em complemento à pesquisa ação, foram ainda aplicados 1046 questionários; realizadas 42 entrevistas exploratórias; e analisadas 5596 matérias jornalísticas da imprensa brasileira. A produção de conteúdo, por sua vez, resultou em 16 publicações na revista Com Ciência Ambiental.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. RISCOS DE DESASTRES E COMUNICAÇÃO - A BASE DO PCRD	13
2.1. SOCIEDADE DE RISCOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	13
2.2. O CONTEXTO BRASILEIRO	15
2.3. CIÊNCIA DO RISCO	19
2.4. PERCEÇÃO DE RISCOS	22
2.5. COMUNICAÇÃO DE RISCOS	24
2.6. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO.....	25
3. OBJETIVOS E METODOLOGIAS DO PCRD	29
3.1. OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO	30
3.2. AÇÕES E METODOLOGIAS DO PCRD	31
4. OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PERCEÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES	33
4.1. CONTEÚDO	34
4.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS.....	36
4.3. RESULTADOS QUALITATIVOS	37
5. CADERNO ESPECIAL - PERCEBENDO RISCOS, REDUZINDO PERDAS.....	41
5.1. RESULTADOS	42
6. SEÇÃO ESPECIAL - CIDADES SEGURAS.....	45
6.1. RESULTADOS	45
7. VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DESASTRES	46
7.1. RESULTADOS	48
8. ANUÁRIO BRASILEIRO DE OCORRÊNCIA DE DESASTRES	49
8.1. RESULTADOS	50
9. PESQUISA-AÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PERCEÇÃO DE RISCOS.....	53

9.1. RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA DE OPINIÃO	54
9.2. RESULTADOS PARCIAIS DO GRUPO FOCAL.....	57
9.3. RESULTADOS PARCIAIS DA INVESTIGAÇÃO COM COMUNIDADES	62
9.4. RESULTADOS PARCIAIS DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS	72
9.5. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA IMPRENSA	84
10. RECOMENDAÇÕES	93
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as questões ambientais ganharam visibilidade e passaram a ocupar lugar de destaque na agenda dos brasileiros. Essa conquista, no entanto, está associada à urgência dos problemas decorrentes da ação do homem sobre o meio ambiente, como o desmatamento, a escassez de água, o esgotamento de recursos naturais não-renováveis, a produção acentuada e a disposição inadequada de resíduos sólidos.

As mudanças climáticas são, sem dúvida, a principal temática responsável pela retomada do debate ambiental, como há muito não se via. A visibilidade midiática à causa e aos cientistas pode ser considerada singular na recente história do desenvolvimento científico brasileiro.

Significa dizer que nunca antes um tema de envergadura científica foi tão popularizado quanto o das mudanças climáticas.

Os constantes debates sobre o estado da arte das mudanças climáticas, dos seus possíveis impactos e das medidas mitigadoras, em âmbito local, regional, nacional e mundial, ajudaram a promover outra temática relevante: a dos riscos de desastres.

Nos últimos três anos, desde a divulgação do quarto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental para Mudanças do Clima), fomentou-se a percepção de estreita relação entre as mudanças climáticas e os desastres naturais, conforme a nomenclatura do Sistema Nacional de Defesa Civil, ou desastres ambientais – denominação mais compatível com o atual contexto.

O aspecto positivo dessa relação dá-se pelo fato de a temática riscos de desastres, por muito tempo restrita ao universo da Defesa Civil, conseguir alcançar visibilidade, ainda que mais modesta, como indicam os resultados da pesquisa em 5596 matérias, detalhada no item xxx deste relatório.

Deve-se ressaltar que foram necessárias quase duas décadas, do primeiro relatório do IPCC, em 1991, ao quarto relatório, em 2007, para que a temática mudanças climáticas alcançasse reconhecimento além do meio científico.

A associação entre mudanças climáticas e riscos de desastres cria o cenário adequado para promover uma mudança de cultura, ainda que seja um processo lento e custoso. Substituir a cultura de desastres, enraizada na história e no desenvolvimento do país, pela cultura de riscos de desastres é um desafio que

justifica a concepção do projeto **PCRD** - Promoção da Cultura de Riscos de Desastres, objeto deste documento.

Concebido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, por meio da Diretoria de Minimização de Desastres, o projeto **PCRD** visa promover a cultura de riscos de desastres, compreendida como a cultura de enfrentamento dos riscos, por meio de ações que valorizem a comunicação e a percepção de riscos de desastres – condição primária para a promoção da cultura de riscos.

O **PCRD** é destinado a um público de multiplicadores, formado por agentes e gestores de defesa civil, representantes do Corpo de Bombeiros, da academia, dos meios de comunicação e das demais instituições atuantes na área de riscos de desastres.

Por meio de cooperação técnica entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) e o Centro Universitário de Pesquisas e Estudos sobre Desastres da Universidade Federal de Santa (CEPED UFSC), e da parceria com a Revista Com Ciência Ambiental, o **PCRD** foi concebido e estruturado em seis ações principais:

- ✓ Oficina de Capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos de Desastres;
- ✓ Caderno Especial na Revista Com Ciência Ambiental – Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas;
- ✓ Seção Especial na Revista Com Ciência Ambiental – Cidades Seguras;
- ✓ Veiculação de Campanhas de Prevenção;
- ✓ Anuário Brasileiro de Ocorrência de Desastres;
- ✓ Pesquisa-ação em Comunicação e Percepção de Riscos.

Em apenas nove meses de duração, o projeto **PCRD**, iniciativa inédita no Brasil, já alcançou resultados quanti e qualitativos significativos, como será exposto nos próximos capítulos deste relatório parcial.

2. RISCOS DE DESASTRES E COMUNICAÇÃO - A BASE DO PCRD

A apresentação do projeto Promoção da Cultura de Riscos de Desastres, assim como de suas ferramentas, ações, objetivos, embasamento técnico-científico e metodologias, objeto deste relatório, demanda um breve resgate histórico, especialmente, da década de 1980, quando dois importantes conceitos, *Sociedade de Riscos* e *Desenvolvimento Sustentável*, que ora encontram-se interligados, foram cunhados pela primeira vez.

A justificativa desse resgate histórico fundamenta-se na proposição de que a maioria dos desastres que acometeram o mundo nos últimos anos é resultado da relação predatória que o homem estabeleceu com o meio ambiente em prol do desenvolvimento – foco de discussão da Primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

O Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) classifica o desastre, por origem, em natural, misto e antropogênico, não recorrendo, portanto, ao termo *desastre ambiental*.

A classificação do desastre por intensidade (I, II, III e IV), mensurada por meio da soma da magnitude do evento natural adverso com a vulnerabilidade da fonte receptora (comunidades, ou pessoas expostas aos riscos), sugere que os desastres registrados no Brasil nos últimos anos sejam ambientais. Isso porque a vulnerabilidade das comunidades está associada ao seu grau de exposição aos riscos, como residir em áreas ambientalmente vulneráveis, em encostas, às margens de rios e córregos - situação típica de um crescimento desordenado e insustentável das cidades ao longo do desenvolvimento do país.

Por esta razão, a discussão acerca dos dois conceitos ambientais, *Sociedade de Riscos* e *Desenvolvimento Sustentável*, é fundamental para a compreensão do contexto no qual o projeto **PCRD** foi concebido.

2.1. Sociedade de Riscos e Desenvolvimento Sustentável

O conceito de *Sociedade de Riscos*, cunhado pelo filósofo e sociólogo alemão Ulrich Beck, em 1986, sugere a divisão dos tempos em duas modernidades. A primeira, a da revolução industrial, e a segunda, resultado dos avanços científicos e tecnológicos.

Os impactos da segunda revolução, decorrentes do conforto que a ciência e a tecnologia proporcionam, delinearam a obra clássica de Beck, *Sociedade de Riscos*, que propõe a

existência de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que desfruta dos benefícios e possibilidades da ciência, vê-se obrigada a conviver e a gerenciar os riscos impostos por tais avanços.

O segundo conceito, Desenvolvimento Sustentável, apareceu pela primeira vez no relatório final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, instituída pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o desenvolvimento, em 1983.

Presidida pela primeira-ministra da Noruega, à época, Gro Harlem Brundtland, a Comissão divulgou, em 1987, o documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*, em alusão à presidente da Comissão. O conceito Desenvolvimento Sustentável propõe a utilização dos recursos naturais pela presente geração sem comprometer o direito das próximas gerações de fazê-lo. Em síntese, o conceito defende o desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente.

Durante muito tempo, porém, o debate acerca de ambos conceitos restringiu-se ao ambiente acadêmico e aos gabinetes políticos, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

A realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, como ficou conhecida, ajudou a popularizar as discussões acerca da relação do homem com o meio ambiente.

Até os primeiros cinco anos após a Rio 92, as questões ambientais – base dos conceitos Sociedade de Riscos e Desenvolvimento Sustentável – continuaram a pautar a agenda dos políticos, dos meios de comunicação, da comunidade científica e do empresariado. Após aquele período, porém, o tema enfraqueceu e perdeu visibilidade, retornando mais forte e amadurecido nos primeiros anos deste século.

A retomada da preocupação com o meio ambiente, agora presente em todos os setores da sociedade, revela uma estreita relação com a popularização de um problema ambiental global: as mudanças climáticas.

Se a divulgação dos resultados do terceiro relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima, na sigla em inglês), em 2001, chamou a atenção da opinião pública sobre os riscos aos quais o mundo encontra-se exposto, em decorrência das mudanças climáticas, a divulgação do quarto relatório do IPCC, em fevereiro de 2007, reduziu ainda mais a dúvida sobre tais riscos.

Segundo o documento de 2007, é muito provável, acima de 95% de chance, que o aquecimento global seja de causa antropogênica. Ao associar a intensificação do efeito

estufa, fenômeno natural responsável pelo aquecimento do planeta, à emissão de gases como o dióxido de carbono e o metano, os relatórios do IPCC estreitaram a relação entre meio ambiente e modelo de desenvolvimento econômico. Com isso, duas questões tornaram-se urgentes, o desenvolvimento sustentável e os riscos ambientais – agora, porém, muito além de conceitos.

Assim, na sociedade das mudanças climáticas, tornou-se comum, pelo menos nos últimos três anos, o emprego do termo desastres ambientais ao referir-se aos desastres resultantes da magnitude de fenômenos naturais adversos sobre a vulnerabilidade das comunidades expostas aos riscos.

2.2. O contexto brasileiro

A distância entre o surgimento do conceito de Ulrich Beck e o final da primeira década deste século foi definitivamente reduzida após a ocorrência dos últimos desastres naturais ou ambientais, forçando todas as nações a compreenderem a urgência do problema e a conceberem mecanismos de enfrentamento dos riscos pelas comunidades vulneráveis.

Dos riscos de um furacão, de um terremoto ou de um acidente industrial, todas as sociedades estão expostas em maior ou menor grau. No Brasil, por exemplo, por muito tempo propagou-se o pensamento de que o país não corria riscos de desastres naturais. Essa ideia, porém, sustentava-se na falta de memória e na percepção equivocada de considerar somente alguns fenômenos, como furacões, terremotos, tsunamis e erupções vulcânicas, exemplos de desastres naturais, dificultando com isso a percepção de outros fenômenos, inclusive aqueles frequentes no Brasil.

O desastre que acometeu a população de Santa Catarina, em outubro de 2008, foi, sem dúvida, o marco da discussão sobre desastres e riscos de desastres no país. À época, expressões como áreas de riscos, mapeamento de áreas de riscos, gerenciamento de riscos e comunidades vulneráveis passaram a fazer parte do discurso de vários setores.

Meses após a tragédia que vitimou milhares de catarinenses, entre março e maio de 2009, estados do Nordeste e Norte do país, como Maranhão, Ceará, Piauí, Tocantins e Amazonas, foram atingidos pela frequência e intensidade de chuvas pouco comuns a uma população que sempre pareceu mais exposta aos riscos associados aos longos períodos de estiagem.

No ano seguinte, os desastres de Angra dos Reis, em janeiro, do Morro do Bumba, em abril, de Pernambuco e Alagoas, em junho, fizeram o tema ganhar espaço na agenda da imprensa, dos governos, do empresariado, da comunidade científica e dos políticos.

A visibilidade da temática, por sua vez, está diretamente relacionada ao espaço que as tragédias ocuparam no noticiário brasileiro. As conversas cotidianas eram pautadas à medida que o tema ganhava espaço, minutos nos telejornais, páginas e mais páginas de revistas e jornais, e lotavam os diálogos nas redes sociais, como blogs, Twitter, Facebook e Orkut.

Claramente o desastre passou a integrar o dia a dia dos brasileiros, mas ainda como evento concreto e acabado. Essa cultura do desastre favorece, entretanto, a ideia de fatalismo, do que não é possível evitar, e por isso se aceita passivamente. Promover a cultura de riscos de desastres é negar a ideia do inevitável, e percebê-lo antes, como risco. Este é hoje o desafio a que se propõe contribuir o projeto **PCRD**.

Além disto, como referência nos trabalhos de promoção da cultura de riscos de desastres está a Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD), entidade ligada à ONU e que promove bienalmente a Campanha Mundial de Redução de Desastres, articulada no Brasil pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.

Para o biênio 2010-2011, a Campanha da EIRD, no inglês denominada *Making Cities Resilient, My City is Getting Ready*, pauta-se na crescente urbanização mundial e nos problemas decorrentes de uma ocupação desordenada em contraponto à necessidade de prever riscos e criar ferramentas de adaptação e de enfrentamento para a construção de cidades mais seguras.

A campanha utiliza como definição de resiliência a habilidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a riscos, a resistir, absorver, acomodar-se e reagir aos efeitos de ameaças de maneira eficiente e em tempo adequado, incluindo preservação e reconstrução de suas estruturas e serviços essenciais básicos.

No contexto brasileiro, a *Campanha Nacional Cidades Mais Seguras* (2010-2011) pretende fortalecer a cultura de riscos de desastres, em detrimento da cultura de desastres, em que a primeira contempla uma visão mais ampla de causas e consequências, vulnerabilidades e ameaças, prevenção e

preparação, identificação e mapeamento de riscos, e a segunda limita-se a uma abordagem passiva, notadamente de resposta a desastres e assistência a afetados.

Neste sentido, o projeto **PCRD**, entendido como parte dessa Campanha Nacional, define como objeto de trabalho a área de Comunicação e Percepção de Riscos. O seu objetivo, apresentado mais detalhadamente a seguir, é o de contribuir para a promoção da cultura de risco com a ampliação da percepção de risco e do desenvolvimento de ferramentas eficazes de comunicação de risco, com ênfase na questão ambiental, contextualizada, portanto, com a urgência da sustentabilidade, sobretudo, em tempos de mudanças climáticas.

A proposta do **PCRD** de focar nos campos da comunicação e da percepção de riscos sustenta-se, entre outros, nos resultados da quarta pesquisa nacional *O que os Brasileiros Pensam do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável*, que apurou que parte significativa dos brasileiros ainda não tem informações e conhecimento suficientes que norteiem suas atitudes, decisões e escolhas na área ambiental. A pesquisa é uma realização do Ministério do Meio Ambiente e da organização não-governamental Instituto de Estudos da Religião (ISER).

Realizado em 1992, 1997, 2001 e 2006, com amostra da população brasileira, o estudo é o mais completo documento sobre a percepção dos cidadãos em relação às questões ambientais. Na última edição, realizada quase 15 anos após o Brasil sediar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), alguns resultados são preocupantes.

Para boa parte dos brasileiros, meio ambiente ainda é sinônimo de fauna e flora e, portanto, o homem não integra essa problemática. Logo, a questão ambiental mais lembrada pelos entrevistados foi a das florestas, ignorando outras temáticas, principalmente aquelas relacionadas ao meio urbano, onde encontram-se 84% da população brasileira (IBGE, 2010).

A percepção não sofre variação de região para região, porém quando comparadas as respostas com o grau de formação escolar, as diferenças são significativas. Quanto maior o nível de escolaridade, maior o conhecimento sobre as questões ambientais.

A pesquisa apresenta também a avaliação da atuação de instituições ou pessoas em prol do meio ambiente. Surpreendentemente, os meios de comunicação aparecem entre as três instituições com maior avaliação positiva.

A avaliação de outras instituições, apesar dos esforços públicos e privados em prol do meio ambiente, mantém-se sustentada em estigmas de que "o governo e os empresários são vilões do meio ambiente". A principal explicação para esse registro é o nível de informação dos brasileiros sobre temas ambientais.

O estudo, cujo tema central de 2006 foi Biodiversidade, concluiu, entre outras questões, que conceitos como biodiversidade e meio ambiente precisam ser mais bem compreendidos e, principalmente, suas correlações com o cotidiano das pessoas. Outra conclusão preocupante do estudo refere-se à relação entre consciência e mudança de atitude. "O crescimento da consciência espantoso e animador não é acompanhado na mesma medida de comportamentos que indiquem mudanças significativas de hábitos ou atitudes" (MMA, 2006).

Outra pesquisa recente do Ministério do Meio Ambiente, denominada *Sustentabilidade: Aqui e Agora* e publicada em parceria com a rede Walmart, em dezembro de 2010, também é fonte para refletir sobre a relação entre meio ambiente, ocupação urbana e percepção de risco.

A pesquisa registra que "em nove possibilidades de opção [a questão do meio ambiente] recebe o último lugar, mas outros problemas associados à problemática ambiental, como esgoto, lixo e enchentes aparecem bem posicionados." (MMA, 2010:7) Com a análise específica do item moradia, elemento que melhor se vincula à percepção de risco, verifica-se que apenas 10% da amostra pesquisada apontam o tema como um entre os três problemas urbanos mais importantes em sua cidade.

É nesse cenário que se encontram os principais desafios da Defesa Civil para lidar com o gerenciamento de riscos. No Brasil, ainda são escassos estudos sobre a percepção do brasileiro diante dos riscos ambientais, naturais e tecnológicos. A ausência de estudos dessa natureza dificulta ainda mais a formulação de políticas públicas capazes de envolver as comunidades, por exemplo, nos processos de tomada de decisões acerca de um determinado risco.

2.3. Ciência do Risco

A grave crise ambiental vivida pela humanidade nos tempos atuais explica, em parte, o aumento da frequência e da intensidade dos eventos calamitosos causados por fenômenos naturais verificado nas últimas décadas do século 20 e no primeiro decênio do 21.

Tais contingências – quase sempre agravadas pela ação antrópica – fizeram com que a produção de estudos acadêmicos sobre o tema proliferasse mundo afora, resultando em múltiplas teorias e conceitos que fomentam a ciência do risco na sociedade pós-moderna.

No entanto, os desastres naturais não são nenhuma novidade. Ao longo da história, desde que deixamos de ser nômades até a formação dos primeiros aglomerados urbanos, sempre ocorreram vicissitudes dessa natureza (BRUMES, 2001).

Nos primórdios, a civilização ocupou áreas consideradas ambientalmente vulneráveis, como terras em regiões de rios e mares, que facilitam o escoamento de safras agrícolas e outras mercadorias, e sítios próximos a vulcões, onde o solo é naturalmente fértil.

No período medieval e na Idade Moderna, o adensamento populacional das urbes expôs ainda mais o homem a situações de ameaças. No ano de 1332, sete milhões de chineses foram afogados por uma megainundação, e outros dez milhões morreram em função da fome e das doenças que sobrevieram ao desastre (BRYANT, 1997). Já o famigerado terremoto de 8,6 graus na escala Richter verificado na capital portuguesa, em 1755, matou mais de 30 mil lisboetas (MUNICH RE GROUP, 1999).

Neste século, o exemplo mais proeminente foi a catástrofe provocada pelas ondas sísmicas marinhas no continente asiático, em 26 de dezembro de 2004. À época, o tsunami, nome popular do fenômeno, desalojou mais de 1,7 milhão de pessoas e ceifou 170 mil vidas (KOHL, 2005).

Além dos danos materiais, humanos e sociais, os eventos severos também acarretam enormes prejuízos econômicos. No Brasil, um dos casos mais emblemáticos é o ciclone tropical Catarina, o único furacão oficialmente registrado no Atlântico Sul, que passou pelo litoral de Santa Catarina em 2004 e causou perdas de R\$ 212 milhões.

Os estudiosos dessa área, que exige a colaboração entre as ciências físicas e sociais, apontam as mudanças climáticas, o crescimento rápido e descontrolado dos centros urbanos e a consequente ocupação de áreas de risco – zonas costeiras, margens de rios e córregos, morros, favelas e outros ambientes vulneráveis – como as principais causas agravantes dos efeitos dos desastres naturais (MARCELINO et al., 2006).

A literatura científica divide os desastres naturais em três grandes categorias – meteorológica, hidrológica e geológica. Proposta por Tobin e Montz (1997), essa divisão tipológica classifica furacões, ciclones e tufões, vendavais, granizo, tornados, nevascas, geadas e ondas de frio e calor como desastres meteorológicos. Inundações, estiagens e incêndios florestais como desastres hidrológicos. E terremotos, vulcões, tsunamis, escorregamentos e subsidências como desastres geológicos.

São componentes associados aos riscos de desastres naturais a suscetibilidade, o perigo e a vulnerabilidade. Contudo, o perigo (*hazard*) é muitas vezes associado erroneamente com o risco e, para Tobin e Montz (1997), aquele é uma situação potencialmente prejudicial e o desastre é a sua materialização.

Os riscos, por sua vez, dizem respeito à probabilidade dos eventos danosos ocorrerem em quatro escalas possíveis – global, nacional, regional e local – e, nesse contexto, a abordagem adotada aqui centra-se nos aspectos socioambientais e econômicos desses acontecimentos.

O risco do acidente, o risco de dar errado, o risco iminente, o risco elevado são alguns exemplos corriqueiramente encontrados nas nossas literaturas técnica ou leiga, cujo sentido predominante é o de representar uma certa chance de algo acontecer. Assim, costumamos dizer que o risco é iminente ou que o risco é elevado para algo que nos parece certo ou com grande chance de acontecer. Não é difícil intuir que “a chance de algo acontecer” está relacionada com um certo efeito observável sobre um bem que se quer proteger, podendo ser esse bem o homem, uma espécie vegetal ou animal, ou ainda propriedades e equipamentos (Cetesb, 2010).

Em síntese, o risco também pode ser entendido como a “medida de danos à vida humana, resultante da combinação entre a frequência de ocorrência e a magnitude das perdas ou danos (consequências)” (Cetesb, 2010). Embora alguns especialistas da ciência do risco avaliem que é inútil tentar defini-lo (DODERLEIN, 1987), outros autores aprofundaram a investigação sobre o significado do termo, alcançando múltiplas definições. Cientificamente, o conceito de risco pode ser empregado em áreas distintas e classificá-lo é um exercício complexo. Conforme esclarece Nardocci (1999):

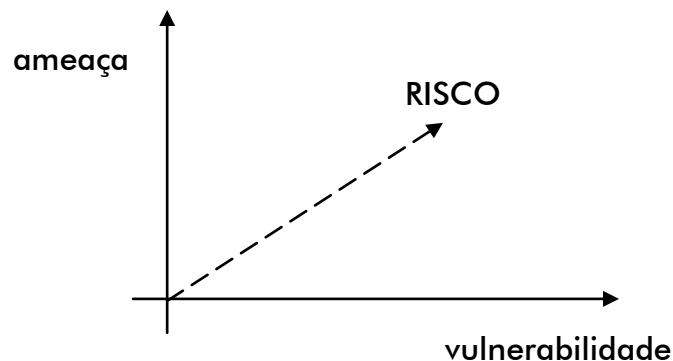
Os riscos que têm como sujeito o ser humano, estando associados diretamente com as atividades antropogênicas, são divididos em tecnológicos, ambientais e epidemiológicos. Os riscos tecnológicos são os riscos para a saúde humana, decorrente de fenômenos acidentais não naturais e caracterizados essencialmente por efeitos imediatos. Os riscos ambientais são os riscos para a saúde humana, causados por fatores ou mudanças ambientais induzidos por atividades antropogênicas e estão associados aos efeitos crônicos. Os riscos epidemiológicos são os riscos para a saúde humana, imediatos e de longo prazo, associados ao estilo de vida da população, doenças epidêmicas, uso de drogas lícitas ou ilícitas etc. (...) A última classe é a dos riscos naturais. Estes têm como sujeito também o ser humano, mas são causados por fenômenos naturais como enchentes, terremotos, vulcões e radiação natural (NARDOCCI, 1999:30-31).

Outros autores, porém, afirmam que essa divisão será cada vez menos empregada, uma vez que, em função do grau de complexidade de cada risco, não é possível mais diferenciá-los entre si.

Ainda sobre a ciência do risco, é importante registrar os conceitos trabalhados por Castro, que vivenciou e construiu a Defesa Civil brasileira durante catorze anos. Sua produção bibliográfica serve hoje de referência ao Sindec, e é também, em maior parte, a referência do público alvo do PCRD.

Em seu primeiro volume do Manual de Planejamento em Defesa Civil, Castro registra como conceito de risco a *medida de danos e prejuízos potenciais, expressa nos termos de probabilidade estatística de ocorrência, e intensidade ou grandeza das consequências possíveis* (CASTRO, 1999:8-9).

Afirma também que o risco pode ser definido como a *relação existente entre a probabilidade estatística de que uma ameaça de evento adverso ou de acidente determinado se concretize com uma magnitude definida; e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos* (CASTRO, 1999:9). Esta definição pode ser representada pela seguinte representação gráfica, onde dois eixos constituem as variáveis do risco, ameaça e vulnerabilidade.



O entendimento do risco sob essa perspectiva, ainda que simplificada, permite compreender toda a sequência de ações de gestão de risco, uma vez que se baseiam pelas duas variáveis: ameaça e vulnerabilidade. Significa dizer que a redução de riscos não se dá exclusivamente pelas medidas estruturais, tampouco pelas não estruturais. Uma articulação entre ambas é necessária e se dá nos quatro momentos de como é pensado o Sindec, prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Pensar sob o eixo da ameaça é construir ferramentas de alerta e alarme, por exemplo. Entretanto, todo investimento em equipamentos não tem efeito se o eixo da vulnerabilidade não for considerado. Neste eixo estão as comunidades vulneráveis, que necessitam de treinamento, capacitação e maior senso de percepção de risco.

2.4. Percepção de Riscos

Iniciadas na década de 1970, nos Estados Unidos, as primeiras pesquisas sobre percepção de riscos tiveram o propósito de entender os motivos que levavam famílias a residir em áreas de riscos de inundações e de acidentes naturais.

Estudos de percepção de riscos, tanto nos Estados Unidos como em países europeus, apresentaram resultados que pareciam já conhecidos, na prática, pelo público das Oficinas de Capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos – uma das ações do **PCRDR**.

Entre esses resultados, destaca-se a constatação de existência de associação entre benefícios percebidos e riscos aceitáveis, ou seja, as pessoas aceitam a exposição a um determinado risco se perceberem um benefício nessa exposição. Trata-se de uma percepção equivocada, muitas vezes não compatível com o tamanho da ameaça, uma vez que o risco é real, mas o benefício é meramente percebido, imaginado.

Outra conclusão desses estudos mostra que as pessoas tendem a aceitar riscos elevados se eles forem voluntariamente escolhidos e a rejeitar riscos menores se forem percebidos como imposição.

As pesquisas de percepção revelaram ainda que o nível de informação das pessoas é fator determinante na sua percepção de risco e de possíveis benefícios associados a ele. Quanto menor o nível de informação, maior o equívoco para perceber tanto o risco quanto o benefício.

No campo da percepção de riscos, os principais autores, cujas ideias e teorias fundamentam este projeto, são Chauncey Starr, Lennart Sjöberg, Paul Slovic e Mary Douglas.

Na prática, mais que na pesquisa científica, diversas iniciativas têm sido realizadas na área de percepção de riscos. São ações que objetivam aumentar o conhecimento de comunidades vulneráveis, de maneira que sua percepção de risco consiga ser ampliada.

A falta, entretanto, do registro e sistematização de resultados dessas ações faz perder a possibilidade de se registrar e multiplicar conhecimento. Em geral, os pesquisadores do PCRDR passam a ter conhecimento de trabalhos em percepção de risco pelo relato durante as oficinas e entrevistas com multiplicadores e comunidades.

Um dos trabalhos registrados nessa área, realizado pelo CEPED UFSC entre dezembro de 2007 e dezembro de 2009, chama-se “Percepção de Riscos: a descoberta de um novo olhar”. Como atividade de extensão, e não de pesquisa, o projeto trabalhou com escolas estaduais de Santa Catarina,

produzindo material didático de apoio a professores, como vídeos, cartilhas e livros.

Dentro do projeto, destaca-se também a criação da Rede Cooperativa de Comunicação para Cultura de Prevenção de Desastres “com veículos de mídia, órgãos públicos e instituições sociais, (...) estimulados a contribuir com a difusão de informações sobre percepção de risco e cultura de prevenção de desastres, e a promover reflexões sobre o tema em diversos âmbitos”. (CEPED UFSC, 2010:74).

2.5. Comunicação de Riscos

A comunicação de riscos, segundo campo da ciência do risco empregada neste projeto, ganhou força na década de 1980 nos Estados Unidos, mais especificamente em 1987, durante o evento *O Papel do Governo na Comunicação de Riscos à Saúde e Educação Públicas*.

Na ocasião, identificou-se que a crescente preocupação do público com os riscos ambientais e de saúde levou as agências governamentais a procurar formas mais adequadas para informar o público sobre riscos. Vários problemas envolvendo a comunicação de riscos foram observados, entre eles, a necessidade de uma comunicação de riscos capaz de ajudar as agências competentes a reduzir o desnecessário sofrimento humano resultado do alto nível de ansiedade, medo e preocupação sobre os riscos (VICTOR, 2001).

A comunicação de riscos, por muito tempo tratada como mera transmissão de informações de especialistas para o público leigo, passou a ser considerada importante ferramenta da gestão de riscos, sobretudo, porque permite a troca de conhecimento, ideias, percepções e opiniões entre os diversos atores sociais, incluindo as populações expostas aos riscos.

A comunicação de riscos é entendida como uma condição necessária à realização dos direitos de toda pessoa em participar das tomadas de decisões que dizem respeito à sua vida e saúde. Daí a ideia central de considerar a comunicação de riscos importante instrumento de democratização do processo de tomada de decisão diante de um determinado risco.

A partir da base teórica no campo da comunicação de riscos, o **PCRD**, por meio de suas oficinas de sensibilização e capacitação de multiplicadores,

apresenta quatro modelos de comunicação de riscos capazes de horizontalizar as tomadas de decisão, reduzir o medo e a ansiedade das comunidades expostas, orientar o fluxo de informação, atender a demanda dos meios de comunicação, inibir a propagação de rumores e melhorar a comunicação entre as diversas instituições atuantes na gestão de riscos de desastres.

Entre os principais autores desse campo científico estão Peter Sandman, Susan Santos, Magdalena Gadomska e Vincent Kovello.

2.6. Teorias da Comunicação

O advento da sociedade de massa, no início do século 20, rapidamente tornou-se objeto de interesse de pesquisadores das diversas áreas do conhecimento.

Quanto aos fenômenos culturais e comunicacionais da sociedade de massa, os primeiros estudos foram desenvolvidos sob o âmbito de ciências como a psicologia e a sociologia. Por essa razão, as teorias e estudos da comunicação são dificilmente dissociadas de análises e abordagens psicológicas, antropológicas e sociológicas.

Um dos exemplos é a pesquisa do psicólogo social, Serge Moscovici, de 1961, que deu origem à Teoria das Representações Sociais, uma proposta de psicossociologia do conhecimento que, ao mesmo tempo em que critica o behaviorismo e a psicologia cognitivista, propõe a investigação da construção do senso comum para que seja possível compreender a reação de interferência do social, incluindo o papel dos meios de comunicação, nos indivíduos e nos grupos sociais (Pavarino, 2003).

Para a análise da atuação da imprensa, etapa da *Pesquisa-ação* do **PCRD**, a Hipótese do Agenda-setting e a Teoria das Representações Sociais têm em comum o interesse pela relação do indivíduo com a sociedade, com o seu grupo e a sua identidade e pelo papel de organizador social dos *mass media*. Por outro lado, diferem-se pela forma como analisam os efeitos dos meios de comunicação: a primeira teoria tem os *mass media* como objeto principal e a segunda observa-os como mais um elemento influenciador e não o seu objeto principal.

Para a Teoria das Representações Sociais, há na sociedade a formação de um pensamento social resultante de experiências, das crenças e das trocas de informações presentes na vida cotidiana. Sua análise, segundo Pavarino, foi desenvolvida a partir da confiança de que a sociedade atual, mais técnica e complexa, necessitaria de outro conceito, menos genérico que as representações de Durkheim, para acompanhar, explicar e tentar compreender como ocorre a formação do pensamento e do conhecimento social.

Para Moscovici, dessa forma, o fenômeno das representações sociais é próprio das sociedades pensantes (*thinking society*), onde os acontecimentos ocorrem em ritmo acelerado e onde não há tempo suficiente para que as representações se tornem uma tradição das sociedades contemporâneas.

Para os behavioristas, a mente era apenas uma lousa branca, onde nossas experiências sensoriais podem ser escritas. Para os cognitivistas, essa lousa se transforma numa caixa preta onde as informações, palavras e pensamentos poderiam ser totalmente manipulados ou previsíveis, a depender do estímulo dado... Moscovici defende que indivíduos ou grupos não são receptores passivos, mas participantes importantes desta sociedade pensante, elaboradores de um pensamento social onde constantemente (re) avaliam seus problemas e soluções (Pavarino, 2003).

Essa re-significação possui um fim prático ao indivíduo e ao grupo: desenvolver algo que fosse mais simples de compreender (pela lógica não científica) e que pudesse, ao mesmo tempo, dar chance às pessoas na resolução de seus próprios problemas e conflitos. Isso significa facilitar a compreensão de determinado tema pela sociedade.

Quando uma re-significação se torna necessária, então, é porque há conflitos entre o que foi dito e o efetivamente compreendido. *As representações expõem esses conflitos, apresentam uma nova compreensão e permitem que discursos diferentes convivam em um mesmo ambiente (Pavarino, 2003).*

Para ilustrar a sua teoria, Moscovici desenvolveu alguns conceitos que podem oferecer algumas contribuições significativas aos trabalhos sobre *mass media*, como seus processos formadores (ancoragem e objetivação), o princípio da transformação do não-familiar em familiar, os sistemas de comunicação:

difusão, propagação e propaganda, além de serem, ao mesmo tempo, produto social e parte do processo de construção dessa realidade.

Moscovici desenvolveu esses sistemas de comunicação ressaltando a influência dos meios de comunicação de massa nas relações simbólicas entre os indivíduos. Essa divisão reflete o papel da imprensa francesa da época apresentando o seguinte paralelo: difusão / opinião pública, propagação / atitude e propaganda / estereótipo. A primeira referindo-se ao controle de opinião (com enfoque político); a segunda, a um instrumento de regulação de crenças e atitudes (como a religião); e a última, à imprensa jornalística que, segundo o autor, caracteriza-se por criar um interesse comum sobre determinado assunto, diminuindo ao máximo a distância entre a fonte e a recepção (Pavarino, 2003).

A Hipótese do Agenda-setting, por sua vez, propõe que aquilo que é comentado, discutido e pensado na esfera social deve-se, em grande parte, aos *mass media*. São o principal elo entre os fatos e a opinião pública, entre o real, o compreendido e o imaginado (Kosicki, 1993). São eles que dizem ao público, portanto, em que pensar e como pensar sobre determinado assunto, direcionando a opinião pública e dando sentido à realidade social.

Mesmo assim, o poder da imprensa é limitado. Isso porque, no caso da Hipótese do Agenda-setting, é possível apenas comprovar que os meios de comunicação pautam as conversas cotidianas, mas nenhum estudo consegue provar que aquilo que a imprensa determinou ou ditou como pensamento tenha sido acatado por sua audiência.

Em síntese, nem todas as pessoas ou grupos sociais são influenciados pelos meios de comunicação. A sociedade está exposta ao universo midiático, mas quanto mais conhecimento um grupo tiver sobre um dado assunto, menos estará exposto ao que diz o noticiário. *Essa característica está relacionada com a distância que o público possui sobre o assunto e não o contrário: quanto menor a “experiência direta, imediata e pessoal que público tiver com o tema, mais influência ele receberá” (Pavarino, 2003).*

O que se verá nos capítulos posteriores é a tentativa de refletir sobre as teorias aqui apresentadas, contrapondo-as à realidade dos profissionais de

defesa civil, suas expectativas e experiências de campo; e à realidade de comunidades expostas a riscos, suas crenças e atitudes.

Tais discussões teórico práticas estão intercaladas à descrição de cada ação do projeto, objetivos e propostas; à narrativa dos resultados parciais obtidos; e às reflexões que surgem da avaliação do que foi executado.

3. OBJETIVOS E METODOLOGIAS

A concepção do projeto **PCRD** faz parte do atendimento de uma demanda de profissionais de defesa civil, do Corpo de Bombeiros e das demais instituições atuantes nos cenários de riscos e de desastres.

No Brasil, não muito diferente de como aconteceu nos Estados Unidos, essa demanda de ações, programas, atividades e compromissos no campo da comunicação de riscos – foco do **PCRD** - surgiu dos próprios profissionais de defesa civil, em resposta às necessidades de suas comunidades.

O processo, como é natural, inicia-se com as comunidades que, ao sentirem-se pouco informadas sobre os riscos aos quais estão expostas, sejam eles associados a desastres, à saúde ou à segurança, organizam-se para cobrar das autoridades competentes explicações às suas inquietações.

O interesse dos agentes de defesa civil pela comunicação de riscos não é recente, mas foi durante o 5º Fórum Nacional de Defesa Civil, realizado em Camaçari, Bahia, em novembro de 2008, que ele ganhou eco e visibilidade.

Naquela ocasião, a maioria das intervenções dos presentes apontou os seguintes desafios da gestão de riscos de desastres: a) falta de percepção e informação das comunidades expostas aos riscos; b) fluxo acentuado e ora desconhecido de informação; c) propagação de rumores; d) demanda acentuada da imprensa, sobretudo no contexto dos desastres; e) falta de confiança e credibilidade das autoridades atuantes na área; e f) necessidade de contemplar a participação das comunidades expostas aos riscos no processo de tomada de decisão acerca dos problemas que dizem respeito a suas vidas.

Sustentada nessa demanda do público do 5º Fórum, formado majoritariamente por gestores e agentes de Defesa Civil, e na importância de contemplar a comunicação e a percepção de riscos nas ações de prevenção e preparação, a diretoria do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil concebeu o projeto **Promoção da Cultura de Riscos de Desastres**, iniciado em março de 2010, com previsão de término em agosto de 2011.

A participação do público no 5º Fórum foi, sem dúvida, decisiva para a concepção de um projeto com o propósito de explorar as potencialidades da comunicação nas ações, atividades e programas de gestão integrada de riscos, seguindo as diretrizes do Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec.

3.1. Objetivos e público-alvo

A humanidade não dispõe de nenhum mecanismo capaz de controlar a magnitude dos fenômenos naturais adversos, restando a ela somente atuar sobre a vulnerabilidade das comunidades expostas aos impactos desses fenômenos.

Ao partir dessa proposição, o projeto **PCRD** foi concebido com o objetivo central de contribuir para a promoção da cultura de riscos de desastres no Brasil, evidenciando a importância da participação e do envolvimento de todos os setores da sociedade com os temas relacionados a riscos de desastres. Para tanto, faz-se necessária a transformação dessa temática em preocupação social e pauta da agenda de políticos, partidos, governantes, administradores públicos, pesquisadores, acadêmicos, educadores e meios e profissionais de comunicação.

A cultura de riscos, compreendida como a cultura do enfrentamento dos riscos, é inerente à sociedade de riscos e condição *primária* para preparar as populações, a defesa civil, a imprensa, a comunidade científica e os demais setores da sociedade para o gerenciamento dos riscos, excedendo à ideia de tratar-se de um problema exclusivo de defesa civil.

A promoção da cultura de riscos, porém, é precedida de acesso à informação e da construção de percepções de riscos mais coerentes com a realidade, ou seja, sem superestimar ou subestimar os riscos. Assim, para alcançar o seu objetivo central, o **PCRD** está sustentado em ações focadas na comunicação e na percepção de riscos, visando, no primeiro momento, sensibilizar e capacitar multiplicadores.

O projeto **PCRD**, que estará presente nas 27 capitais brasileiras, tem como público-alvo profissionais de defesa civil, de comunicação social, bombeiros, acadêmicos, cientistas, educadores e demais públicos interessados ou atuantes nas áreas correlatas. Todos são potenciais multiplicadores das ideias, informações e conhecimentos alcançados com as atividades do projeto.

3.2. Ações e Metodologias do **PCRD**

O projeto **PCRD** constitui-se de um conjunto de ações que articuladas pretendem contribuir para a formação de cidadãos preparados para participar das tomadas de decisão acerca de riscos de desastres, por meio do acesso à informação de qualidade e troca de impressões entre os principais agentes sociais. Trata-se de um processo necessário e capaz de atingir o objetivo de ampliar o nível de informação da população mais vulnerável aos riscos, contribuindo com a Defesa Civil no processo de gerenciamento de riscos e redução de perdas humanas e materiais.

Para alcançar o objetivo central de promover a cultura de riscos de desastres no Brasil e, com ela, fomentar a percepção e o nível de informação das comunidades, reduzindo, assim, a sua vulnerabilidade frente às diversas ameaças, o projeto **PCRD** está estruturado em seis principais ações.

- ✓ Oficina de Capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos de Desastres
- ✓ Caderno Especial - *Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas*
- ✓ Seção Especial - *Cidades Seguras*
- ✓ Veiculação de Campanhas de Prevenção de Desastres
- ✓ Anuário Brasileiro de Ocorrência de Desastres
- ✓ Pesquisa-Ação em Comunicação e Percepção de Riscos

Nos capítulos seguintes cada ação será apresentada em detalhes, com descrição metodológica e resultados parciais. Os resultados apresentados referem-se ao trabalho desenvolvido entre março e dezembro de 2010, relatando as principais conquistas já alcançadas pelo **PCRD**.

Pretende-se que a avaliação dos resultados parciais permita o incremento do projeto em sua continuidade, corrigindo falhas e realinhando procedimentos. Mais que isso, tais relatos e avaliações devem servir de subsídio para continuidade ao diálogo e à discussão da temática entre os parceiros do projeto, de maneira a enriquecer o debate sobre políticas públicas de prevenção e redução dos riscos de desastres no Brasil.

4. OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PERCEPÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES

As oficinas foram programadas para ocorrer nas 27 capitais brasileiras, e elaboradas com o propósito maior de ampliar a articulação entre Defesa Civil e as instituições atuantes na gestão de riscos e de desastres e, assim, fomentar a participação local na construção da cultura de risco no Brasil.

Entre os objetivos da oficina estão a sensibilização e a capacitação de multiplicadores (agentes e gestores de defesa civil, comunicadores, pesquisadores e demais públicos) sobre a importância da comunicação de riscos no processo de gerenciamento de riscos.

Seu conteúdo programático contempla e defende a ideia de que o acesso à informação ajuda a promover uma percepção mais coerente dos riscos aos quais as comunidades estão expostas. Com isso, é possível iniciar o processo de construção da cultura de riscos.

Entende-se, portanto, que informações seguras, confiáveis, de qualidade e credibilidade – condição primária da comunicação de riscos – são de fundamental importância para que as comunidades expostas aos riscos tenham uma percepção dos riscos compatível com a magnitude das ameaças e de sua vulnerabilidade.

O modelo teórico de percepção de riscos que fundamenta o conteúdo das oficinas é o *paradigma culturológico*. Na chamada sociedade da informação, esse modelo evidencia a dependência das populações em relação aos meios de comunicação de massa para ter acesso a informações. Deve-se ressaltar, no entanto, que esse paradigma não precisa os limites da influência que os *media* exercem sobre a sua audiência. Com esse embasamento teórico, o público das oficinas consegue identificar a relação entre a percepção de riscos das suas comunidades e a atuação da imprensa local, por exemplo.

Com base nos estudos da comunicação de riscos, as oficinas propõem a utilização da comunicação como ferramenta capaz de democratizar o processo de tomada de decisão, minimizar os impactos decorrentes da propagação de rumores, do excesso, da escassez ou do conflito de informação sobre os

riscos, além de reduzir a ansiedade e o medo das populações em situações de incertezas.

Com duração inicialmente de oito horas, a partir da quarta oficina a carga-horária passou a ser de **12 horas**, considerando a necessidade de ampliar a discussão sobre o Sindec e a participação do público nas discussões durante a capacitação. Após a sensibilização dos participantes, alcançada por meio de discussões de cunho histórico e teórico-conceitual, o conteúdo foca na capacitação do público presente para a elaboração de programas e ações de comunicação de riscos que permitam:

- a) conhecer e orientar a percepção da comunidade exposta aos riscos;
- b) subsidiar a tomada de decisão das comunidades expostas aos riscos;
- c) reduzir o grau de preocupação, medo e ansiedade de uma comunidade exposta aos riscos;
- d) democratizar e humanizar a tomada de decisão acerca de um determinado risco – possível por meio da participação da comunidade exposta;
- e) atender e orientar a demanda da imprensa local e nacional de informações sobre os riscos, inibindo a propagação de rumores e o fluxo incipiente ou excessivo de informação;
- f) atender a demanda interna e interinstitucional no campo da comunicação de riscos, atenuando o desencontro de informações oficiais.

4.1. Conteúdo

Com base na discussão teoria apresentada no capítulo 2, o conteúdo das oficinas está dividido em quatro partes, para as quais há referência técnico-científica e metodologias específicas.

No quadro abaixo, encontram-se as principais informações das oficinas, divididas em blocos de conteúdo.

Parte I	
Conteúdo	Estão contemplados os seguintes temas: <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Sistema Nacional de Defesa Civil; • A Defesa Civil e as suas Frentes de Atuação; • A Classificação dos Desastres quanto Origem, Evolução e Intensidade; • A Defesa Civil e as Novas Tendências.
Base técnico- científica	Sistema Nacional de Defesa Civil
Metodologia	Exposição de conteúdo por meio de Datashow e discussão com os presentes
Duração	2 horas
Responsável	Representante do DMD/Sedec

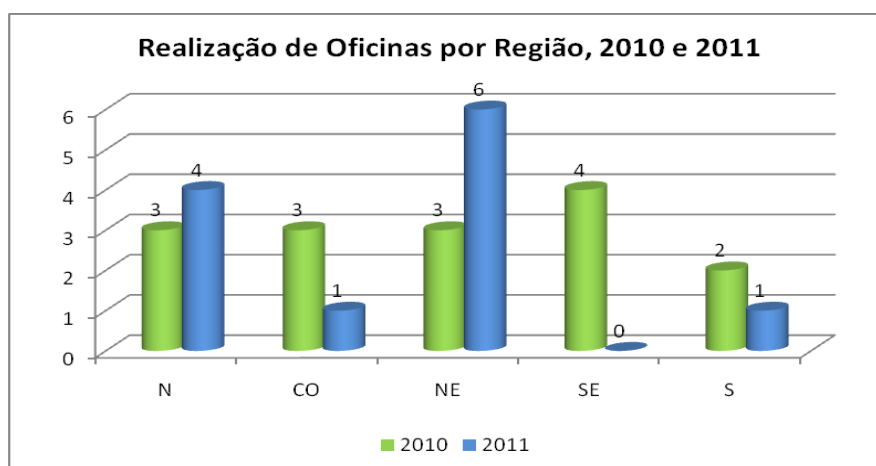
Parte II	
Conteúdo	Momento dedicado à discussão com grupo focal, com o propósito de: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar a percepção de riscos do público presente; • Identificar a percepção que o público presente tem acerca da percepção de riscos da sua comunidade; • Identificar os principais desafios enfrentados nas localidades, com foco na comunicação e percepção de riscos; • Identificar lendas, estigmas e ideias acerca do comportamento da imprensa, da comunidade e das autoridades responsáveis.
Base técnico- científica	O conteúdo está fundamentado no Sistema Nacional de Defesa Civil e nas pesquisas dos principais estudiosos da Ciência do Risco, com foco no campo da percepção e comunicação de riscos, como Peter Sandman, Susan Santos, Paul Slovic, Lennart Sjöberg e Magdalena Gadomska
Metodologia	Discussão conduzida por uma pesquisadora que estimula, por meio de perguntas, a participação do público presente.
Duração	1 hora
Responsável	Sarah Cartagena, pesquisadora do CEPED UFSC

Parte III	
Conteúdo	O conteúdo contempla os seguintes temas: <ul style="list-style-type: none"> • Introdução à Ciência do Risco; • Avaliação Objetiva e Subjetiva do Risco; • Percepção de Riscos de Desastres; • Gerenciamento de Riscos de Desastres; • Comunicação de Riscos.
Base técnico- científica	O conteúdo está fundamentado no Sistema Nacional de Defesa Civil e nas pesquisas dos principais estudiosos da Ciência do Risco, com foco no campo da percepção e comunicação de riscos, como Peter Sandman, Susan Santos, Paul Slovic, Lennart Sjöberg e Magdalena Gadomska
Metodologia	Exposição de conteúdo por meio de Datashow e discussão com os presentes
Duração	5 horas
Responsável	Professora Cilene Victor, Dra.

Parte IV	
Conteúdo	O conteúdo contempla a análise dos primeiros passos para a elaboração de programas e ações de comunicação de riscos. Baseia-se em quatro modelos de Comunicação de Riscos: a) Modelo Midiático , quando a Defesa Civil precisa recorrer aos MCM para disseminar informações sobre riscos; b) Modelo Direto (Comunitário), quando a Defesa Civil desenvolve ações de comunicação de riscos sem o uso da mídia, ou seja, ela dirige-se diretamente ao público de interesse (comunidade/pessoas expostas aos riscos); c) Modelo Intra-institucional , quando a Defesa Civil promove ações de comunicação de riscos para o público interno, em seus três níveis (Sedec, CEDECs, COMDECs); d) Modelo Interinstitucional , fomenta a participação das diversas instituições direta ou indiretamente atuantes na gestão de riscos, visando alcançar uma comunicação de riscos integrada.
Base técnico-científica	Aplicação do conteúdo estudado na parte II da oficina
Metodologia	Exibição de vídeos por meio de Datashow, seguida de discussão com os presentes, e realização de exercícios sobre situações comuns ao cenário da comunicação de riscos.
Duração	4 horas
Responsável	Professora Cilene Victor, Dra.

4.2. Resultados quantitativos

Iniciada em março, as oficinas já foram realizadas em 14 estados (Tocantins, Mato Grosso, Amazonas, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará, Sergipe, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Acre) e no Distrito Federal.



Nas 15 oficinas, o público foi de cerca de 540 multiplicadores, formados por agentes e gestores de Defesa Civil, profissionais de comunicação (de redação de veículos e de assessorias de imprensa), pesquisadores e professores das universidades locais,

profissionais de instituições estaduais e municipais de Meio Ambiente, Saúde, Educação e de empresas públicas e privadas.

Para permitir maior participação e interação entre os participantes, o número de vagas nas oficinas foi limitado a 40 pessoas – número que oscilou para mais ou menos em cada oficina.

Como anteriormente registrado, a carga-horária das oficinas passou de oito horas para 12 horas, distribuídas entre o primeiro dia do encontro, realizado sempre às quintas-feiras, no período da tarde, das 14h às 18h, e o segundo-dia, quando as atividades são realizadas das 8h às 12h e das 14h às 18h, com intervalo de duas horas de almoço.

As três primeiras oficinas, realizadas nos estados do Tocantins e Mato Grosso e no Distrito Federal, tiveram duração de oito horas. Foi a partir da quarta oficina, realizada no Amazonas, que a carga-horária passou a ser de 12 horas, visando ajustar e adequar o conteúdo trabalhado à realidade e necessidade do público-alvo.

Por tratar-se de uma ação de capacitação, nos mesmos moldes de um processo convencional de educação, seja ela técnica ou científica, há sempre o desafio de mensurar os resultados alcançados. As ações de educação, formatadas na troca de informações, ideias, impressões e conhecimentos, ainda que possam ter os seus resultados numéricos, ou seja, observados pelo número de aulas, de horas, de alunos presentes, de adesão etc., dão uma contribuição maior, de forma mais lenta, porém efetiva, ao processo de mudanças de atitudes capazes de fomentar o desenvolvimento da sociedade.

Assim, para explicitar o que as Oficinas de Comunicação já alcançaram, além dos números acima, discorreremos a seguir sobre alguns registros importantes.

4.3. Resultados Qualitativos

Durante as oficinas já é possível identificar os primeiros resultados qualitativos, graças ao estímulo provocado pela atividade de grupo focal.

Essa atividade, momento em que o público é estimulado a participar de um debate sobre questões relacionadas à comunicação e percepção de riscos, revelou que para a maioria dos presentes é quase que desnecessária a realização de pesquisas de percepção de riscos com as comunidades, uma vez que, na visão desse público, as pessoas estão expostas aos riscos por falta de opção de moradia.

Ao adotarem a tese de que as comunidades estão expostas, quase que única e exclusivamente, por falta de política habitacional, os multiplicadores, sobretudo agentes e gestores de Defesa Civil, subestimam as ações de comunicação e percepção de riscos, uma vez que partem do pressuposto que mesmo sabendo sobre os riscos a comunidade continuaria exposta a eles.

Após registrarem a sua percepção e visão do problema, os multiplicadores são sensibilizados da importância de se conhecer a percepção de riscos das comunidades, visando subsidiar ações de comunicação e disseminação de informações sobre riscos que possam fomentar a tomada de decisão daqueles expostos aos riscos.

À medida que o conteúdo programático avança e com ele é possível fazer um paralelo com a prática, com foco na realidade brasileira, o público começa, aos poucos, a demonstrar uma postura mais crítica em relação à sua percepção da comunidade e de sua exposição aos riscos.

Após a parte teórica, no segundo dia, o público se envolve intensamente com a realização de exercícios, análise de reportagens televisivas sobre desastres e com a explicação dos quatro modelos de comunicação de riscos.

Com base nas 15 oficinas ainda não é possível afirmar haver consenso sobre a relação com a imprensa local e nacional, mas a grande maioria dos presentes critica veementemente a imprensa local, apontando-a como despreparada, sensacionalista e “vendida”.

Durante os debates, algumas pessoas chegaram a se alterar no momento em que o foco era a atuação da imprensa. Muitas delas registraram as suas opiniões, impressões e críticas sustentadas em velhos estigmas, como: “a imprensa manipula a população”, “as pessoas só assistem a programas sensacionalistas porque não há opção”, “jornalistas são todos burros e não sabem nada sobre desastres”, “jornalistas, quando querem, perseguem e destroem as pessoas”, “os jornais da minha cidade são vendidos”.

No momento reservado à apresentação e explicação do modelo direto de comunicação de riscos, raros foram os casos em que se apontou dificuldade da Defesa Civil de ter acesso às comunidades, no entanto, poucos municípios reconheceram ter alguma ação efetiva nessa direção.

Quando explicados os modelos intra e interinstitucional de comunicação de riscos, os presentes reconheceram poucos problemas com o primeiro, mas muitos com o segundo,

reiterando a ideia tão propagada pela mídia de que muitas vezes as instituições não conversam entre si.

As provocações resultantes dos debates acerca do conteúdo teórico revelam um público predisposto a conhecer, a aprender e a fazer parte de um processo de mudança de cultura, mas sem dúvida o interesse maior é o de aprender a fazer, de aplicar o que apreendeu na sua comunidade.

5. CADERNO ESPECIAL - PERCEBENDO RISCOS, REDUZINDO PERDAS

O Caderno Especial *Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas*, veiculado na Revista Com Ciência Ambiental, é uma ação de divulgação do conhecimento técnico, científico e tradicional no campo da ciência do risco.

O seu principal propósito é promover e ampliar a troca de conhecimento, impressões, opiniões e ideias entre os diversos atores sociais sobre os temas relacionados à defesa civil, com foco na promoção da cultura de riscos de desastres.

Por meio de parceria com a Editora Lua Nova, responsável pela revista Com Ciência Ambiental, o projeto **PCRD** inclui o desenvolvimento de conteúdo técnico-científico para **16 edições**, entre maio de 2010 e agosto de 2011, com impressão de **10 mil exemplares** mensais exclusivos ao projeto, sendo 9.000 distribuídos pela Sedec e 1.000 pelo CEPED UFSC. Assim, o conteúdo abordado no caderno especial terá potencial para alcançar cerca de **240 mil pessoas**: público majoritariamente de formadores de opinião (75%) que corresponde ao perfil dos leitores da revista Com Ciência Ambiental, sendo os outros 25% público específico do projeto **PCRD**.

Com conteúdo médio de dez páginas, o Caderno deve servir à Defesa Civil Nacional como referência teórica, técnica e científica. O conteúdo é de responsabilidade do CEPED UFSC que, em parceria com a Sedec, define as temáticas e convida os autores, em sua maioria, pesquisadores, cientistas, técnicos, lideranças políticas e comunitárias, cuja atuação e experiência profissional tenham relevância para o tema de cada edição.

O Caderno Especial Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas almeja dar visibilidade à produção intelectual de técnicos, cientistas, pesquisadores e demais autores atuantes na área de defesa civil ou conhecedores das temáticas da área, conforme a tabela abaixo:

Caderno Especial – Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas	
Objetivo específico	Ampliar o conhecimento de formadores de opinião sobre o tema de defesa civil e de cultura de risco, visando contribuir com o processo horizontal das tomadas de decisão centradas na redução de perdas humanas e prejuízos financeiros.
Público alvo	Formadores de opinião, pesquisadores, educadores, empresários dos diversos setores, instituições de ensino e pesquisa e demais públicos atuantes na área ambiental e de gerenciamento de riscos.
Duração	16 meses – maio de 2010 a agosto de 2011
Responsável	Sarah Cartagena (CEPED UFSC)
Abrangência	Nacional

5.1. Resultados

O Caderno Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas teve a primeira publicação em maio de 2010, somando oito artigos publicados até o mês de dezembro do mesmo ano.

Com base apenas nos 10 mil exemplares mensais destinados à Defesa Civil e às instituições parceiras e atuantes na gestão de riscos de desastres, o Caderno deve ter atingido, mensalmente, 60 mil leitores. A estimativa é baseada nos dados da ANER, segundo a qual um exemplar de revista especializada, de conteúdo não perecível, é lido por cerca de seis pessoas.

Desses 10 mil exemplares da revista Com Ciência Ambiental, nove mil são distribuídos pela Sedec e mil pelo CEPED UFSC.

Os demais exemplares da revista são destinados a bancas de jornais, assinantes, mailing especializado, instituições parceiras e a eventos das áreas de ciência e meio ambiente. Somente em 2010, a revista Com Ciência Ambiental esteve presente em dois importantes eventos, a 21ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo e no 62º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Em cada um desses encontros, mais de cinco mil exemplares da revista foram distribuídos ao público, cujo perfil almeja-se alcançar com o projeto **PCRD**.

Os exemplares distribuídos pelo CEPED UFSC chegaram mensalmente a 117 instituições de Santa Catarina, entre Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional, empresas públicas e privadas, órgãos de meio ambiente, bibliotecas públicas e de instituições de ensino.

Destaca-se em Florianópolis a circulação das revistas nos terminais urbanos de ônibus. Iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, o projeto “Floripa Letrada - a palavra em movimento” instalou em agosto de 2010 totens nos terminais urbanos da Ilha de Santa Catarina. São 185 mil usuários diários que passaram a ter à sua disposição livros e

revistas para ler nos ônibus, levar para casa e devolver no mesmo ou em outro terminal. A Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis recebe mensalmente 200 exemplares da revista CCA, parte dos quais é destinada ao projeto.

Por sua vez, a produção do conteúdo do caderno seguiu a metodologia prevista para definição dos temas trabalhados nos artigos e seleção de autores. Assim, o Caderno Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas favoreceu a discussão sobre prevenção de riscos de desastres e intercalou autores entre pesquisadores do CEPED UFSC e convidados – profissionais de defesa civil e estudiosos – como se vê na tabela seguinte.

Temas	Autores	Nº de páginas	Edição
Clima e Desastres Naturais	Sarah Cartagena	12	Maio/2010 – Nº 25
Sociedade do Risco – Ulrich Beck	Renata Motta	12	Junho/2010 – Nº 26
Cultura de Riscos	Diane Guzi Sarah Cartagena	10	Julho/2010 – Nº 27
Psicologia de Desastres	Janaina Furtado Daniela Lopes	12	Agosto/2010 – Nº 28
Percepção de Riscos em Áreas Costeiras	Patrícia Silveira Ana Santos Thaís Balter	12	Setembro/2010 – Nº 29
Mapeamento de Risco	Rafael Schadeck A. Edesio Jungles	10	Outubro/2010 – Nº 30
Mapeamento de Risco	Replicação anterior Julio Cesar (MA)	16	Novembro/2010 – Nº 31
Evolução histórica de Defesa Civil	Erivaldo Mendes (SE)	10	Dezembro/2010 – Nº 32

Para as oito edições restantes, a serem publicadas de janeiro a agosto de 2011, foram estabelecidos os temas e sugeridos os autores, como se vê na tabela abaixo:

Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas	Autores	Edições 2011
Gestão de Resposta a Desastres no Brasil	Marcos de Oliveira Antônio Edesio Jungles Carlos Araujo Gomes	Janeiro/2011 – Nº 33
Riscos Tecnológicos, experiência sobre Produtos Perigosos	Caroline Margarida Cristiane do Nascimento Marcos Dalmau	Fevereiro – Nº 34
Riscos Naturais, experiências de campo	Prof. Pellerin	Março – Nº 35
O trabalho do CENAD: monitorização, alerta e alarme	Rafael Schadeck Valter Santos	Abril – Nº 36
Defesa Civil na visão dos seus gestores	Sarah Cartagena	Maio – Nº 37
COMDECs e NUDECs	Emerson Emerim	Junho – Nº 38
Perspectivas futuras de Defesa Civil	Janaina Furtado	Julho – Nº 39
Contribuições do Dr. Castro	Marcos Dalmau Pedro Paulo Souza	Agosto – Nº 40

Durante as oficinas de capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos, no momento da apresentação das atividades do projeto **PCRD**, o público presente demonstra interesse em participar do Caderno Especial, evidenciando a necessidade de espaços destinados à divulgação da produção técnico-científica na área de gestão de riscos de desastres.

Os presentes nas oficinas também têm citado ideias, teorias e discussões abordadas no Caderno Especial ou na Seção Cidades Seguras, tema do próximo tópico.

Como o Caderno é de distribuição nacional, os artigos têm possibilitado a troca de experiências, impressões, ideias e conhecimentos entre representantes das defesas civis estaduais e municipais, do corpo de bombeiro, da academia e das instituições parceiras.

A íntegra dos conteúdos publicados entre maio e dezembro de 2010 compõe o Apêndice A deste relatório e estão também disponíveis nos sites da Sedec (www.defesacivil.gov.br) e CEPED UFSC (www.ceped.ufsc.br).

6. SEÇÃO ESPECIAL - CIDADES SEGURAS

O processo de promoção de uma cultura de riscos de desastres deve ser composto por uma série de práticas educativas e participativas que reforcem conceitos, incentivem a ação e proponham a reflexão para a mudança de comportamento.

Produzir conteúdo jornalístico que retrate boas práticas locais, sobretudo aquelas de potencial multiplicador e que contemplem a participação das comunidades expostas, é o principal propósito da Seção Especial Cidades Seguras.

De periodicidade mensal, a Seção Especial aborda a realidade dos estados, municípios e comunidades nas quais as Oficinas de Capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos são ministradas, constituindo-se na pauta prioritária das matérias jornalísticas dessa seção.

Por meio da publicação de reportagens, especialmente com foco na gestão de riscos, a Seção Especial Cidades Seguras apresenta-se como mais uma ferramenta de divulgação de práticas, iniciativas, programas e ações concretas de potencial multiplicador no Brasil.

A tabela abaixo condensa as principais informações sobre essa ação do **PCRD**.

Seção Especial Cidades Seguras	
Objetivo específico	Divulgar informações jornalísticas de qualidade sobre ações, projetos e atividades que privilegiam o preparo da sociedade para a gestão dos riscos de desastres como ferramenta de reforço ao processo de promoção da cultura de riscos de desastres.
Público alvo	Formadores de opinião, pesquisadores, educadores, empresários dos diversos setores, instituições de ensino e pesquisa e demais públicos atuantes na área ambiental e de gerenciamento de riscos.
Duração	16 meses – maio de 2010 a agosto de 2011
Responsável	Cilene Victor – Revista Com Ciência Ambiental
Abrangência	Nacional

6.1. Resultados

Com a mesma periodicidade e distribuição do Caderno Especial, a Seção Cidades Seguras, ao longo destes oito meses, tem conseguido dar visibilidade

às práticas de defesa civil, voltadas à gestão de riscos de desastres, sobretudo àquelas de potencial caráter multiplicador.

As reportagens publicadas em cada edição corresponderam à realidade do estado, ou da capital, nas quais as oficinas de capacitação foram oferecidas, otimizando o contato com as lideranças comunitárias, os gestores de defesa civil e os especialistas locais.

O contato com as fontes de informação disponibilizadas pelas Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil em cada Estado revelou que não faltam pautas sobre riscos de desastres e que em todas as unidades federativas há excelentes experiências que, como sabemos, são fatos invisíveis, não vistos a olho nu, mas que alcançarão resultados efetivos.

Na tabela a seguir estão registradas algumas informações sobre a Seção Especial, como o título e o enfoque das reportagens publicadas entre maio e dezembro de 2010.

Títulos	Nº de páginas	Edição
Novas diretrizes para enfrentar e gerenciar riscos	16	Maior / 2010 – Nº 25
Cresce identificação de áreas de riscos em São Paulo	8	Junho / 2010 – Nº 26
BID e governo do Amazonas revitalizam igarapés de Manaus	16	Julho / 2010 – Nº 27
Participação comunitária fortalece gestão de riscos -- Lições das chuvas de abril	10	Agosto / 2010 – Nº 28
Ceará abre curso de gestão de desastres -- Eventos extremos expõem vulnerabilidades	8	Setembro / 2010 – Nº 29
Exploração de aquífero põe em risco cidade paranaense -- Área de risco é desocupada em Aracaju	12	Outubro / 2010 – Nº 30
Tecnologia prevê enchentes em São Paulo -- Minas Gerais lança plano para enfrentar o La Niña	8	Novembro / 2010 – Nº 31
Goiás mapeia áreas de riscos -- Espírito Santo cria plano para enfrentar chuvas	6	Dezembro/2010 – Nº 32

A íntegra dos conteúdos publicados entre maio e dezembro de 2010 compõe o Apêndice B deste relatório e estão também disponíveis nos sites da SEDEC (defesacivil.gov.br) e CEPED UFSC (ceped.ufsc.br).

7. VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DESASTRES

Como a comunicação sugere o agir em comum, a veiculação de campanhas de prevenção torna-se uma importante ferramenta para a promoção da cultura de riscos de desastres.

Essa ação, focada na divulgação de peças publicitárias, possibilita a propagação e confere visibilidade nacional às ações de defesa civil realizadas localmente, promove o intercâmbio de boas práticas e reforça o processo de comunicação e educação que se pretende para a mudança de cultura.

Como uma estratégia de valorização das iniciativas estaduais e municipais relacionadas à prevenção e orientação da sociedade acerca dos riscos de desastres, o projeto **PCRD** propõe a publicação, na Revista Com Ciência Ambiental, de anúncios e campanhas de comunicação e educação dos órgãos do Sindec: Sedec, Cedec e Comdec, durante as edições de maio de 2010 a agosto de 2011.

Com tiragem de 30 mil exemplares, a revista Com Ciência Ambiental tem como público-alvo lideranças indígenas e comunitárias, pesquisadores atuantes na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), empresários, estudantes, professores de graduação e pós-graduação, educadores e demais interessados nas questões ambientais do meio urbano, rural e das florestas, configurando-se como um importante veículo para promoção da cultura de riscos de desastres.

Destaca-se ainda o conselho editorial da revista, que aloca quatro pesquisadores doutores, com estudos nas áreas de avaliação de riscos, gerenciamento de riscos, comunicação e percepção de riscos.

Neste sentido, O Caderno Especial Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas e a Seção Especial Cidades Seguras, além da veiculação de campanhas de prevenção de desastres, com periodicidade mensal, são também norteados pelo pensamento de contemplar olhares diversos e de distanciar-se de abordagens meramente negativas que tendem a provocar no leitor um sentimento de apatia.

Em 2010, a revista foi parceira do Ministério da Ciência e Tecnologia, com produção sobre a contribuição da comunidade científica brasileira para o desenvolvimento sustentável. E em 2011, Ano Internacional das Florestas, foi concebido o Concurso Ano

Internacional das Florestas – Concurso de Desenhos, Fotografias e Artigos – Uma contribuição à mobilização mundial em prol das florestas.

7.1. Resultados

A proposta de disponibilizar espaço de publicidade na revista *Com Ciência Ambiental* para anúncios e campanhas de prevenção de desastres tinha o objetivo de fortalecer as iniciativas locais de prevenção e preparação. Pretendia também oferecer maior visibilidade às práticas locais, de maneira a multiplicar conhecimentos e contribuir para ampliação da discussão do tema.

O espaço, entretanto, foi utilizado em apenas dois momentos. O primeiro, pela campanha sobre queimadas da Defesa Civil Estadual de Tocantins, veiculada na edição de março de 2010. E o segundo, pela Sedec para divulgação da Campanha Nacional Cidades Mais Seguras, da Semana Nacional de Redução de Riscos de Desastres, veiculada nas edições de outubro, novembro, dezembro de 2010.

A baixa adesão a essa ação do **PCRD** pode ser justificada pela ausência de campanhas de comunicação e educação voltadas à gestão de riscos, concebidas no âmbito das Cedec e Comdec. Outra explicação pode estar no fato de as defesas civis estaduais, na sua maioria, não disporem de assessorias de comunicação próprias.

O convite de veiculação das campanhas foi feito pela Sedec, por meio de ofício no qual os estados são convidados a receber as oficinas de Comunicação e Percepção de Riscos, e reforçado quando da presença da equipe do **PCRD**, representada pelos três parceiros, Sedec, Ceped UFSC e *Revista Com Ciência Ambiental*.

Quando da abordagem presencial, nota-se o interesse dos coordenadores estaduais de Defesa Civil na veiculação, mas muitas coordenadorias estaduais não têm recursos para investir em uma área de comunicação bem estruturada, capaz de criar campanhas de prevenção com produção de material gráfico.

As campanhas publicadas na *Revista Ambiental* encontram-se no Apêndice C deste relatório.

8. ANUÁRIO BRASILEIRO DE OCORRÊNCIA DE DESASTRES

Um dos fatores que contribui para a formação da cultura de riscos em uma sociedade é a organização de dados e informações de forma estruturada e com base metodológica consistente. Exerce a função de fonte de informação confiável a pesquisadores, gestores públicos e meios de comunicação, imprensa principalmente, favorecendo os processos de tomada de decisão.

O Guia de Comunicação Social e Comunicação de Riscos em Saúde Animal discorre sobre a importância de estruturar-se fontes respeitáveis de informação, assegurando que *na falta de um fluxo de informação constante de uma fonte respeitável, os rumores vão preencher o vácuo e iniciar um ciclo de vida próprio*, além de afirmar que *uma cobertura exagerada de uma crise está mais propensa a acontecer quando a informação oficial é escassa ou considerada não confiável* (OPAS, 2007:71).

Neste sentido, o **PCRD** se propõe a elaborar o Anuário Brasileiro de Ocorrências de Desastres no formato de *e-book* (publicação *online*), e disponibilizar ferramentas para que a Sedec passe a elaborar uma publicação anual semelhante.

A proposta de gerar um anuário surgiu da constatação de que o Brasil ainda não dispõe de um banco de dados oficial disponível para consulta, capaz de registrar e processar as ocorrências de desastres, independente de sua origem (natural, mista e antropogênica) e de sua intensidade (I, II, III e IV).

O que pode explicar a ausência desse recurso é o fato de o desastre não ocorrer no mundo, no país, na região ou no estado. Ele acontece na rua, no bairro, na cidade e, portanto, demanda que as instituições locais, como as Comdecs e o Corpo de Bombeiros, duas das principais instituições atuantes na gestão de desastres, estejam devidamente capacitadas e disponham de recursos, humanos, tecnológicos e financeiros, para registrar e processar as informações sobre os desastres ocorridos nos municípios.

A importância de as instituições competentes, a imprensa, os administradores públicos, os legisladores e demais atores sociais terem acesso a esses dados está no fato de que a partir dessas informações o país, o estado, a região e o município conceberão políticas públicas de prevenção de desastres.

Essa primeira versão pretende incluir informações de 2007 a 2010, com base nas informações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) da

Sedec. Essa proposta se integra ao PNGR – Planejamento Nacional para Gestão de Riscos, também desenvolvido em cooperação técnica entre a Sedec e o CEPED UFSC. O PNGR pretende construir um Sistema de Informações que estruture os dados relacionados à ocorrência de Desastres Naturais de grande intensidade no território nacional, e a partir do momento que esse sistema esteja concluído, deverá ser ele a fonte do anuário.

Com informações quantitativas e ilustradas, organizadas por estado, o Anuário Brasileiro de Ocorrências de Desastres irá apresentar números relacionados a: a) ocorrência anual de desastres, mês a mês; b) ocorrência anual de desastres, por tipo, conforme CODAR; c) afetados por desastres, por mês; d) afetados por desastres, por tipo; e) mortos por desastres, por mês; f) mortos por desastres, por tipo.

O documento deve incluir também uma análise qualitativa dos dados apresentados, apontando o caráter parcial do registro, que atualmente não é rigorosamente organizado e padronizado pelos estados e municípios brasileiros ao enviá-los ao Cenad.

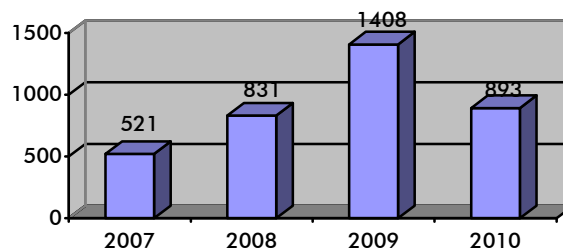
8.1. Resultados

Na primeira edição do anuário, a base de dados se dá pelos dados oficiais da Sedec, disponíveis em sua página principal na internet, no *link* *Ocorrência de Desastres* (<http://defesacivil.gov.br/desastres/desastres.asp>). Nesse *link*, as informações, distribuídas em tabelas, por unidade federativa, correspondem a uma pequena série histórica de ocorrência de desastres, de 2007 a 2010.

Ainda que os seus dados não sejam verossímeis, pois estão registrados apenas os desastres que provocaram a decretação de situação de anormalidade e demandaram o preenchimento do relatório de NOPRED (Notificação Preliminar de Desastre), a organização da série histórica de forma ilustrada e mais didática, servirá de fonte oficial de informação, ajudando a identificar os tipos de desastres mais comuns no Brasil, as regiões e os estados com maior ocorrência, assim como a época do ano em que são mais frequentes.

Para a elaboração do Anuário, os documentos do Cenad registram, de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, 3.657 ocorrências de desastres notificadas à Sedec, conforme distribuição por ano representada no gráfico abaixo.

Desastres Notificados à Sedec



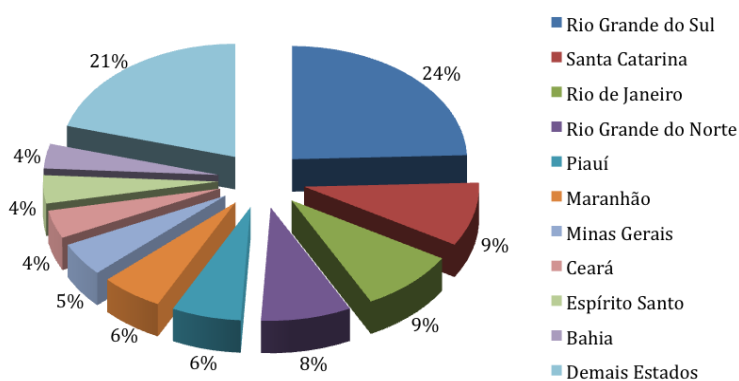
Vale registrar que esses números não correspondem ao total de desastres no Brasil, mas sim àqueles que a Sedec tem registro de notificação. Isto se demonstra, por exemplo, durante algumas das oficinas de Capacitação em Percepção Comunicação de Riscos de Desastres, quando os pesquisadores do projeto **PCRD**, visando estimular a discussão sobre a importância de um banco de dados de desastres, perguntaram aos presentes o número de desastres que acometeu aquele estado, durante o ano de 2010, considerado um período recente na memória das pessoas. Para a surpresa dos pesquisadores, as respostas eram totalmente divergentes.

Por exemplo, em um dado estado, os alunos responderam que em 2010 houve mais de 15 desastres "graves", mas na série histórica da Sedec não aparece nenhum desastre naquele estado, no mesmo período. Situações como essas se repetiram em várias oficinas.

Assim, apenas para ilustrar a discussão de que a série histórica da Sedec, na ausência de um banco de dados, pode subsidiar as instituições competentes a conceber e a promover ações de prevenção, apresentamos alguns gráficos com base nessa realidade.

No gráfico seguinte, sobre a incidência de desastres, por estado, de 2007 a 2010, nota-se que o Rio Grande do Sul respondeu por 24% de todos os desastres notificados, número superior ao de 17 estados juntos, ou 21% do total.

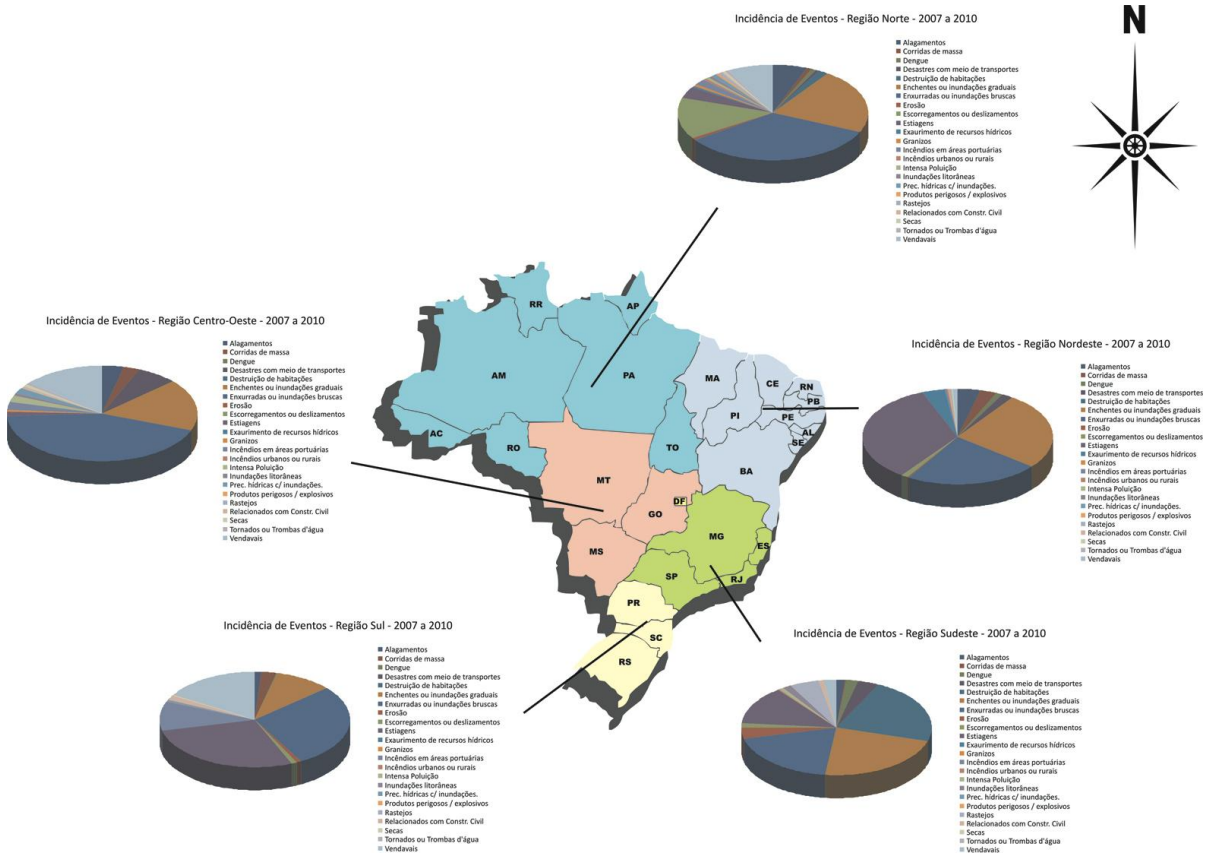
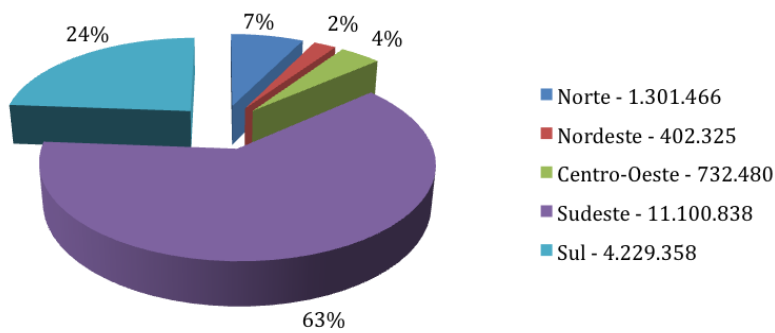
Incidência de Desastres - Por Estado - 2007 a 2010



Como pode ser visto no gráfico anterior, dos quatro estados que compõem a região Sudeste, apenas São Paulo não aparece entre os dez com o maior número de desastres – fato que revela a vulnerabilidade das comunidades da região mais rica e desenvolvida do país.

Já no gráfico a seguir, ainda que os números de afetados sejam proporcionais à densidade populacional de cada região, 63% dos afetados pelos desastres no país (em que há notificação na Sedec), ou 11.100.838, estão na região Sudeste.

Afetados - Por Região - 2007 a 2010



9. PESQUISA-AÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PERCEPÇÃO DE RISCOS

A escassez de pesquisas brasileiras sobre a percepção de risco da população força pesquisadores, educadores e gestores públicos a fundamentar seus processos educativos e decisórios em contextos externos, o que frequentemente pode gerar distorções e inadequações.

Por isso, identificou-se a necessidade de compreender os aspectos que influenciam a percepção de risco no contexto da sociedade brasileira, os quais estão diretamente ligados a cinco fatores/agentes: governo, ciência, sociedade, cultura e os meios de comunicação (OPAS, 2007).

Os valores culturais, por exemplo, podem influenciar essa percepção, assim como a forma como os meios de comunicação divulgam o risco e outros assuntos relacionados a ele e a maneira como a ciência e os cientistas de uma forma geral comprometem-se e relacionam-se com a sociedade. (DI GIULIO, 2006:6)

A produção científica no campo da percepção de risco no Brasil está restrita às áreas de meio ambiente e saúde. Sob os aspectos do gerenciamento de riscos de desastres, essa produção é praticamente inexistente quando consultadas as bases de dados de pesquisas sobre comunicação e percepção de riscos. A ausência desses estudos aumenta ainda mais os obstáculos enfrentados pelos gestores de defesa civil quando se vêem diante de situações que demandam soluções efetivas e adequadas, como, por exemplo, lidar com os medos, as crenças, os valores, as percepções e os níveis de informação das comunidades expostas a riscos de desastres.

A proposta do **PCRD**, portanto, é contribuir para os avanços da ciência nessa área, por meio de uma pesquisa-ação na área de comunicação e percepção de riscos de desastres, estruturada nos seguintes procedimentos:

- a) revisão bibliográfica;
- b) pesquisa de opinião, por meio da aplicação de questionário;
- c) discussão com grupo focal com o público presente nas oficinas;

- d) investigação sobre percepção de riscos em comunidades;
- e) análise da cobertura da imprensa de fatos relacionados a riscos e a desastres;
- f) entrevista exploratória com públicos de interesse do projeto.

Juntas, todas as etapas da pesquisa fornecerão base para análise técnica com enfoque na percepção de riscos dos brasileiros, observada principalmente sob a perspectiva da comunicação de riscos. Portanto, a análise final está condicionada à conclusão de todas as etapas incluídas na pesquisa-ação. Os registros a seguir são os indicativos de resultados, e assim sendo, parciais.

9.1. Resultados parciais da pesquisa de opinião

O questionário aplicado na pesquisa de opinião foi elaborado pelos pesquisadores do projeto e aplicado durante a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – CNDC, realizada em Brasília, em março de 2010. Na ocasião, **579** dos 1177 participantes da etapa nacional da 1ª CNDC aderiram à pesquisa e deram a sua contribuição voluntária, por meio da resposta ao questionário. (Apêndice D).

Após a 1ªCNDC, a pesquisa passou a ser aplicada nas oficinas de Comunicação e Percepção de Riscos, somando a participação de mais **385 multiplicadores** - qualificação do público ao qual o questionário se destina. Por fim, a amostra da pesquisa conta com mais **82 questionários**, correspondentes ao Seminário Nacional de Bombeiros - SENABOM, ocorrido em Blumenau, Santa Catarina, em junho de 2010.

Das 15 oficinas realizadas, os questionários foram aplicados em 11, ficando de fora RJ, ES, SC e AC devido à falta de tempo hábil para aplicação dos mesmos durante as oficinas. Diferencia-se a primeira oficina realizada em Palmas, Tocantins, quando o modelo de questionário ainda não havia passado pela validação do grupo de pesquisa do **PCRD**, e então sofrido alterações e melhorias, mas ainda validando sua aplicação anterior.

O questionário é composto por nove perguntas que demandam respostas com base em uma escala de 1 a 10. Já aquele aplicado no Tocantins foi composto por 13 questões, também com respostas na mesma escala.

Como se vê nas tabelas seguintes, o público total de participantes da pesquisa de opinião é de **1046 pessoas**.

RESPOSTAS	ESCALA										SR
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pergunta 1	75	25	66	74	215	137	152	140	38	90	4
Pergunta 2	11	6	35	52	129	126	131	237	102	173	14
Pergunta 3	12	7	30	51	134	113	194	242	108	115	10
Pergunta 4	37	15	30	48	121	102	123	214	122	194	10
Pergunta 5	64	30	37	54	99	110	126	182	125	171	18
Pergunta 7	208	78	86	84	115	68	60	76	52	108	81
Pergunta 9	84	28	54	67	173	98	98	112	85	129	88

RESPOSTAS	H	M	SR
sexo	675	241	100

RESPOSTAS	N	NE	S	SE	CO	SR
Região	60	262	204	208	193	89

Tabulação de 1016 questionários, de 10 Estados

RESPOSTAS	Escala						
	1	2	3	4	5	6	7
Pergunta 1	3	8	19	0	.	.	.
Pergunta 2	7	18	5	0	.	.	.
Pergunta 3	26	4	0	0	.	.	.
Pergunta 4	8	11	11	0	.	.	.
Pergunta 5	3	22	3	0	2	.	.
Pergunta 6	4	8	18	0	.	.	.
Pergunta 8	17	11	2	0	.	.	.
Pergunta 9	2	22	6	0	.	.	.
Pergunta 10	2	0	12	0	0	1	15
Pergunta 11	10	16	4	0	.	.	.
Pergunta 12	28	1	1	0	0	.	.
Pergunta 13	2	12	16	0	.	.	.

RESPOSTAS	H	M
sexo	21	9

RESPOSTAS	N	NE	S	SE	CO
Região	30	0	0	0	0

Tabulação de 30 questionários, Estado do TO

Já esta outra tabela mostra o número de respondentes, por unidade federativa, e a data de aplicação da pesquisa.

UF - CIDADE	DATA	QUESTIONÁRIOS
TO - Palmas	10.03.10	30
MT - Cuiabá	06.05.10	50
DF - Brasília	13.05.10	37
AM - Manaus	18 e 19.06.10	21
RJ - Rio de Janeiro	22 e 23.07.10	Não aplicado
MA - São Luís	29 e 30.07.10	24
CE - Fortaleza	12 e 13.08.10	26
SC - Florianópolis	26 e 27.08.10	Não aplicado
SE - Aracaju	16 e 17.09.10	41
PR - Curitiba	30.09 e 01.10.10	33
SP - São Paulo	07 e 08.10.10	37
MG - Belo Horizonte	28 e 29.10.10	42
GO - Goiânia	11 e 12.11.10	44
ES - Vitória	25 e 26.11.10	Não aplicado
AC - Rio Branco	09 e 10.12.10	Não Aplicado
TOTAL		385

Uma análise preliminar da tabulação dos questionários permite destacar algumas inferências. Uma delas é sobre a afirmativa de que “uma pessoa e/ou comunidade jamais aceita ficar exposta a um risco”. Para **20%** dos participantes da pesquisa, a afirmação está totalmente errada, mas para **11%** foi assinalada a casa 9 de concordância, numa escala de 1 a 10. Os dados demonstram a dificuldade dos respondentes em enxergar as causas que levam alguém a ocupar uma área sabidamente de risco.

Destaca-se também que **23%** acreditam que a avaliação social do risco deve ter uma ampla participação no conjunto total da avaliação de risco. Ao mesmo tempo, **24%** da amostra atribuem um alto nível de credibilidade aos avaliadores científicos do risco.

Os resultados parciais indicam que ainda é preciso investir no esclarecimento e fortalecimento das metodologias de avaliação social do risco, de maneira que possam compor os mapeamentos de risco, e, em consequência, pautar a tomada de decisão para políticas públicas.

9.2. Resultados parciais do grupo focal

A atividade de grupo focal foi introduzida no **PCRD** a partir da oficina de São Luís, Maranhão, após os pesquisadores do projeto perceberem a importância do levantamento da percepção de riscos e do conhecimento e comportamentos do público presente acerca da temática central das oficinas.

Trata-se de uma etapa da pesquisa fundamentalmente qualitativa, em que a análise do discurso prevalece sobre qualquer tipo de dados quantitativos, como amostragem de participantes, ou quantidade de grupos focais. Assim, foi estabelecida uma metodologia específica de grupo focal, conforme segue:

- **Propósito:** identificar percepções, opiniões e posições pessoais, técnicas, profissionais e culturais acerca do objeto central da pesquisa – percepção de riscos de desastres.
- **Grupo:** heterogêneo, formado por cerca de 50 pessoas, representantes do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, academia, profissionais de comunicação, entre outros convidados de cada Departamento Estadual de Defesa Civil.
- **Abordagem:** o grupo é abordado no primeiro dia da oficina, de forma a evitar que o conteúdo ministrado na oficina influencie as percepções e opiniões dos presentes.
- **Técnica:** um moderador faz uma pequena apresentação sobre o propósito da conversa, acentuando que as falas devem ser livres, sem preocupação com certo ou errado. Após a apresentação, o moderador faz a primeira pergunta, e com ela, começa a estimular a participação de todos.
- **Foco:** as perguntas focam em três grandes temáticas: riscos, comunicação de riscos e percepção de riscos.
- **Roteiro:** somente as cinco primeiras perguntas podem seguir um roteiro fixo e previamente elaborado. Após a quinta pergunta a tendência é ocorrer uma condução natural da discussão incluindo variáveis locais, que devem ser cuidadosamente trabalhadas, garantindo espontaneidade e honestidade nas respostas.

ROTEIRO DE PERGUNTAS			
Foco Riscos	Foco Percepção	Foco Grupo	Foco Retorno Grupo
<p>1. O que são riscos?</p> <p>2. Quais os principais riscos aos quais vocês e as comunidades com que trabalham estão expostos?</p> <p>3. No Brasil como um todo, quais os principais riscos?</p> <p>4. Quando falamos em desastres no Brasil, de qual ou quais, rapidamente lembramos?</p>	<p>5. Sabemos que muitas pessoas no Brasil vivem em locais que chamamos "áreas de riscos". Na percepção de vocês, o que leva essas pessoas a morar em tais áreas?</p>	<p>A partir deste momento as demais perguntas devem seguir na direção das respostas do grupo, como por exemplo:</p> <p>Por ignorância</p> <p>Por falta de cultura</p> <p>Para ser beneficiado,</p> <p>Porque tem comodidade,</p> <p>Por falta de opção,</p> <p>Por injustiça social...</p>	<p>6. Então, o que estaria por trás dessa percepção de riscos das pessoas?</p> <p>7. Se as pessoas receberem informações sobre os riscos aos quais estão expostas, vocês acham que elas continuariam vivendo nessas áreas?</p> <p>8. Como medir valores em vida e moradia?</p> <p>9. Que mecanismos poderíamos usar para retirar as pessoas das áreas de riscos?</p> <p>10. Alguém é culpado por essa situação (pessoas em áreas de riscos?)</p>

A tabela abaixo informa a realização, por estado, dos Grupos Focais.

ESTADO	GRUPO FOCAL Na Oficina
1. Tocantins	Não
2. Mato Grosso	Não
3. Distrito Federal	Não
4. Amazonas	Não
5. Rio de Janeiro	Não
6. Maranhão	Sim
7. Ceará	Sim
8. Santa Catarina	Sim
9. Sergipe	Sim
10. Paraná	Sim
11. São Paulo	Sim
12. Minas Gerais	Sim
13. Goiás	Sim
14. Espírito Santo	Sim
15. Acre	Sim
TOTAL	10 estados

Das quinze unidades federativas que já receberam oficinas, em dez delas foram realizadas as discussões em forma de Grupo Focal com os presentes. A análise preliminar do conteúdo do Grupo Focal demonstra que a percepção de risco dos multiplicadores geralmente está atrelada à vulnerabilidade social da população. Segundo a opinião da maioria dos participantes, o principal fator responsável pela ocupação de áreas de risco é a falta de opção. O estímulo à reflexão faz aparecer outros motivos, como: *status quo*, cuidados e assistência de terceiros, comodidade e outros benefícios.

O grupo é sempre levado a pensar nas soluções a partir de sua atuação. Em geral, aparecem como estratégias: educação formal e informal, investimento em políticas públicas e planejamento urbano ordenado. Dificilmente os participantes relatam, voluntariamente, o papel dos meios de comunicação, ou as estratégias de comunicação de risco, como parte do processo de mudança de comportamento e ampliação da percepção de risco.

Talvez, a razão maior para que ferramentas de comunicação de risco não sejam imediatamente apontadas pelos participantes da oficina esteja no fato desta ser uma abordagem recente, posterior à década de 50 (SPINK, 2001). Assim sendo, apreende-se que a própria cultura de comunicação de riscos, não faz ainda parte do cotidiano dos agentes de defesa civil. A constatação sustenta e reafirma a importância do PCRD, com as oficinas e capacitações, salientando o quanto a prevenção de riscos pode ser apoiada pelas ferramentas de comunicação.

Relatos de Grupo Focal com participantes das Oficinas

De maneira a resguardar os relatos aqui apresentados, os mesmos não identificam as localidades e os indivíduos participantes da pesquisa. O objetivo é dar liberdade ao registro de queixas, críticas e avaliações, tornando-os impessoais e buscando similaridades que permitam construir uma avaliação do todo. Ao final de cada relato, apresenta-se apenas a região e o semestre do ano em que ocorreu a pesquisa.

Estimulados a produzir histórias sobre percepção de risco por meio de mímicas, a maioria das histórias teve narrativas concentradas nas melhores práticas de resposta a desastres em seu exercício profissional e na discussão sobre uma atuação que incluía articulação institucional adequada.

As representações, por sua vez, ainda que orientadas a ocorrer por meio de linguagem não verbal, utilizaram a escrita para apresentar seus personagens e as instituições que devem atuar em situações de desastres, demonstrando o quanto uma mensagem compreendida incorretamente pode afetar o comportamento e o *feedback* do interlocutor.

Também as encenações ilustraram o desastre, a resposta, a área de risco, o atendimento aos afetados, sem notar a ausência da abordagem específica sobre percepção de risco. Exceção pode ser feita, entretanto, à encenação que representou um terremoto em duas situações distintas: uma em que os indivíduos tinham mais informação, percepção mais apurada e, conseqüentemente, maior capacidade de autoproteção, e outra em que os mais afetados pelo terremoto não dispunham de informações e, por isso, não conseguiram se proteger.

Registram-se frases dos participantes ao final da dinâmica, a descrever o significado e objetivo de suas encenações:

“demonstrar a importância da articulação das diversas ajudas: prefeito, bombeiros, saúde...”

“é necessária a participação de todos os setores para fomentar a prevenção”

“os setores existem, mas se não se unem, não adianta nada”

“é preciso estimular que as pessoas percebam seu papel de cidadão: direitos e deveres”

Os comentários referem-se, em sua maioria, à necessidade de articulação de agentes para atendimento em situações de desastres, sem remeter-se espontaneamente ao termo percepção de risco. É possível notar, entretanto, a clareza com que os participantes destacam as ações de prevenção, o que indiretamente suporta a necessidade de se trabalhar a percepção. Especialmente a fala que remete ao conceito de cidadania, ao enfatizar direitos e deveres, passa pelo conceito de *Sociedade do Risco*, de Ulrich Beck, onde todos são afetados e fabricantes do risco. Esse conceito, como vimos, é fundamental à compreensão de sujeito diante do risco.

A condução da pesquisa-ação seguiu com o estímulo à construção de definições para os conceitos de risco, desastre e percepção de risco. Os relatos de suas vivências registraram a insistência de famílias em habitar áreas de risco, mesmo quando o risco é sabido, uma vez que os indivíduos identificam facilidades e benefícios que não são obtidos em áreas de reassentamentos, a exemplo do acesso clandestino a serviços como de água e

eletricidade, proximidade do local de trabalho, ou meios consolidados de geração de renda.

Durante esse momento, houve consenso sobre os motivos que levam à ocupação de áreas de risco: necessidade e vulnerabilidade social. As narrativas e discussões não incluíram, naturalmente, a constatação de que não são apenas pobres que ocupam áreas de risco. Quando, então, induzidos a pensar sobre a questão de ocupação de áreas de risco por grupos mais elitizados, os participantes passaram a exemplificar a existência de condomínios de luxo em áreas sabidamente de risco e logo perceberam que os motivos anteriormente listados (necessidade e vulnerabilidade social) já não mais davam conta de explicar essas ocupações, incluindo a ostentação entre as razões que levam os indivíduos a aceitarem o risco.

O passo seguinte foi estimular o grupo a pensar em estratégias de ação que consigam trabalhar a mudança de comportamento de indivíduos que ocupam áreas de risco. Informação foi o tema central da discussão, chegando à percepção de risco. Para o grupo, a percepção de risco passa também pela percepção dos gestores, apresentados como agentes pouco atuantes.

A sequência deu-se com a representante da SEDEC, que ao discutir sobre o Sindec e ao aproveitar as falas do grupo, ponderou sobre o fato de o desastre ocorrer diante da exclusão de políticas públicas. Significa dizer que o risco pode ser democrático, mas não o acesso a serviços como de educação e saúde que se associam às melhores práticas de prevenção e preparação.

(Região Nordeste – 2º semestre de 2010)

Ao iniciar a discussão sobre risco, os participantes registraram a perspectiva do risco como probabilidade e, a partir dele, a possibilidade de obter benefícios. Como principais razões que levam os indivíduos a assumir riscos, elencaram a falta de informação e a recusa dos moradores em deixar o local onde já construíram raízes e relações afetivas. Neste contexto, um dos participantes afirmou: “é preciso considerar valores, formação histórica e cultural para os programas de habitação”, referindo-se à dificuldade de desocupar as áreas de risco.

Quando indagados sobre a possibilidade de se conviver com o risco, parâmetros para definição de riscos aceitáveis e alternativas para convivência com risco, o grupo se silenciou. Em seguida, um dos participantes afirmou: “ninguém vai levantar e falar sobre

isso, porque isso não é feito (...) a única coisa que fazemos é tapar o olhos e fazer de conta que não está acontecendo”.

A afirmativa, firme e convicta, demonstra mais a preocupação em reconhecer a importância da preparação de comunidades, do que uma possível negligência que o impacto das palavras pode levar a deduzir. Trata-se da dificuldade generalizada de implantar políticas públicas efetivas e pautadas nas realidades locais.

A atividade conduziu à discussão sobre a exploração das possibilidades de ação dos órgãos de defesa civil, gerando o consenso entre os participantes de que o papel da defesa civil é o de acionar órgãos públicos. A noção de encadeamento para a mobilização social também fez-se presente: “despertar em vocês, para que despertem onde trabalham, para que desperte a sociedade na prevenção”.

(Região Centro-Oeste – 2º semestre de 2010)

Ao iniciar a discussão sobre risco, as principais colocações giraram em torno da ideia do indivíduo ser, ao mesmo tempo, afetado e fabricante do risco, além da noção de que não é possível garantir a eliminação total dos riscos.

Para os participantes, uma situação que agrava as dimensões de um desastre é a dificuldade dos gestores públicos de liberar áreas de risco, uma vez que moradores recusam-se a sair de tais áreas ocupadas.

(Região Centro-Oeste – 2º semestre de 2010)

9.3. Resultados parciais da investigação com comunidades

A partir da oficina de Fortaleza, Ceará, a atividade de investigação com comunidades passou a fazer parte da programação de viagem junto às oficinas. A proposta de inclusão da técnica de investigação com comunidades se deu pela avaliação de que seria possível enriquecer o trabalho de pesquisa, utilizando os recursos já empregados, e assim atribuir maior grau de conhecimento local das realidades de cada estado.

Neste sentido, a investigação com comunidades é acordada com cada Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, que indica uma localidade para a realização da atividade. Orientados pelos pesquisadores do **PCRD** a equipe técnica de cada Defesa Civil Estadual

seleciona ao menos uma área de risco considerada relevante, ou uma comunidade que tenha sido retirada de área de risco, e instalada em um novo bairro, por exemplo.

Assim, a abordagem junto às comunidades é sempre realizada com o acompanhamento de um profissional de defesa civil local. Considerando-se que existe uma diversidade natural de tipos de organização social e receptividade aos pesquisadores, a condução da pesquisa pode variar entre conversas de casa em casa, ou constituição de grupo focal. Todas as abordagens seguem a seguinte metodologia:

- **Propósito:** identificar percepções, opiniões e posições pessoais, técnicas, profissionais e culturais acerca do objeto central da pesquisa – percepção de riscos de desastres.
- **Grupo:** heterogêneo, formado por lideranças comunitárias das áreas visitadas.
- **Abordagem:** Na visita conhece-se a comunidade e realiza-se a investigação com as lideranças comunitárias identificadas pelos agentes locais de defesa civil.
- **Técnica:** um moderador faz uma pequena apresentação sobre o propósito da conversa, acentuando que as falas devem ser livres, sem preocupação com certo ou errado.
- **Foco:** as perguntas focam em três grandes temáticas: riscos, comunicação de riscos e percepção de riscos.
- **Roteiro:** somente as cinco primeiras perguntas podem seguir um roteiro fixo e previamente elaborado. Após a quinta pergunta a tendência é ocorrer uma condução natural da discussão incluindo variáveis locais, que devem ser cuidadosamente trabalhadas, garantindo espontaneidade e honestidade nas respostas.

ROTEIRO DE PERGUNTAS			
Foco Riscos	Foco Percepção	Foco Comunicação	Foco Tomada de Decisão
1. A quais riscos sua comunidade está exposta?	5. O que explica algumas famílias, pessoas ou a sua comunidade como um todo a residir em uma área de risco?	10. Você se sente suficientemente informado sobre os riscos aos quais está exposto?	15. Já aconteceu de alguma família ter de sair de casa? Por quê?
2. Desses, quais são os que mais preocupam a comunidade? Por quê?	6. Como a comunidade convive com esses riscos?	11. Como essas informações chegam até você? Quem faz essa comunicação?	16. Como ocorre o processo de negociação para retirada de uma pessoa ou família?
3. Alguém fez a avaliação desses riscos ou essa avaliação é da própria comunidade?	7. Qual o maior problema da comunidade?	12. O que você acha que poderia mudar nessa comunicação?	17. A comunidade tem participado das decisões relacionadas a uma situação de risco?
4. Vocês concordam com essa avaliação de riscos? Por quê?	8. Você conhece os riscos aos quais está exposto?	13. Você ou alguém da comunidade já teve algum tipo de dificuldade para obter informações sobre riscos?	18. Como você avalia essas decisões. Como você acha que deveriam ser?
	9. Como você avalia a noção de risco de sua comunidade?	14. Como você avalia o papel dos meios de comunicação?	

Das quinze unidades da federação que já receberam oficinas, as investigações com comunidades foram realizadas em oito delas, havendo a possibilidade de agendar retroativamente mais uma comunidade no estado de Santa Catarina. O trabalho incluiu o contato direto com 32 moradores.

Desse total, sete moradores foram retirados de áreas de risco por programas de Defesa Civil. A tabela abaixo apresenta a o número de pessoas participantes em cada estado e o tipo de abordagem realizada.

ESTADO	GRUPO FOCAL Na comunidade	Tipo de Abordagem
1. Tocantins	Não	Não houve
2. Mato Grosso	Não	Não houve
3. Distrito Federal	Não	Não houve
4. Amazonas	Não	Não houve
5. Rio de Janeiro	Não	Não houve
6. Maranhão	Não	Não houve
7. Ceará	6 pessoas	Grupo Focal
8. Santa Catarina	A fazer	A fazer
9. Sergipe	4 pessoas	Casa em Casa
10. Paraná	4 pessoas	Casa em Casa
11. São Paulo	5 pessoas	Grupo Focal
12. Minas Gerais	4 pessoas	Grupo Focal
13. Goiás	4 pessoas	Casa em Casa
14. Espírito Santo	3 pessoas	Casa em Casa
15. Acre	2 pessoas	Entrevista
TOTAL	32 pessoas	32 pessoas

A partir das investigações já realizadas, apreende-se que as percepções dos moradores sobre o risco são variadas e em poucos casos observou-se o entendimento do risco e a organização comunitária para conviver com o mesmo. Os contatos revelam que a grande parte dos moradores resiste em deixar o local, mas quando se tratam daqueles que deixaram o local há algum tempo, a demonstração é de grande satisfação com a retirada.

Por tratar-se de um relatório parcial, apresentamos a seguir, alguns destaques, comentários e impressões pertencentes a essa etapa da pesquisa, ficando a análise completa para o relatório final, ao término do trabalho.

Relatos das investigações com comunidades

De maneira a preservar os relatos aqui apresentados, os mesmos não identificam as localidades e os indivíduos participantes da pesquisa. O objetivo é dar liberdade ao registro de queixas, críticas e avaliações, tornando-os impessoais e buscando similaridades que permitam construir uma avaliação do todo. Ao final de cada relato, apresenta-se apenas a região e o semestre do ano em que ocorreu a pesquisa.

A atividade foi realizada na sede do Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC), espaço compartilhado com a Associação de Moradores. Em formato de grupo focal,

participaram da pesquisa a presidente do NUDEC e mais três líderes comunitárias, além do acompanhamento do representante da Defesa Civil Estadual.

A discussão teve início com indagação sobre quais os principais riscos que afetam a comunidade, precedida da apresentação dos riscos associados ao transbordo do rio Maranguapinho, que alaga as casas da comunidade e já provocou óbitos por afogamento ou choque elétrico.

A líder comunitária, no entanto, ponderou: *"é o povo que entra no rio, não é o rio que entra nas casas"*, informando que são cerca de 2 mil pessoas morando há cerca de 30 anos no local, área invadida que não seria deixada voluntariamente pelos moradores. O grupo foi enfático ao afirmar que esses moradores preferem seus três dias anuais de água dentro de casa, em troca da garantia de "escola, emprego e comida" nos demais dias do ano.

Naquele momento obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) urbanizavam a margem do rio para desocupação da área, realocando as famílias para apartamentos. A ausência, entretanto, de diálogo entre os responsáveis pela tomada de decisão e os moradores de áreas de risco, fez com que os moradores se negassem a ocupar os apartamentos denominados de *"caixinhas de fósforo"* e localizados a cerca de dois quilômetros do local. *"O projeto já veio pronto"*, afirmou a líder comunitária, e há dúvida sobre a adaptação das famílias aos novos lares: *"são famílias acostumadas a quintal, horta e galinha"*.

Questionado sobre outros tipos de riscos que podem afetar a comunidade, o grupo citou meio ambiente e risco social: violência com mulheres e idosos, principalmente. As constatações das integrantes do NUDEC baseiam-se em sua experiência como líderes comunitárias, que durante o ano de 2010 conseguiram realizar duas palestras para a comunidade, uma sobre dengue e outra sobre meio ambiente. Mas ainda há queixas. Para o grupo a *"Defesa Civil podia aumentar o trabalho de vir e conversar"*, referindo-se à dificuldade de encontrar pessoas que possam realizar trabalhos de mobilização e informação com a comunidade.

As queixas denotam o contraste entre a compreensão da realidade e a capacitação do grupo. A presidente do NUDEC, que junto com outra líder comunitária esteve na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, em Brasília, contou que o NUDEC foi criado pois ela *"achava que tinha de ter prevenção"*, ao mesmo tempo em que todo o grupo ficou sem resposta quando instigado a pensar sobre quais motivações seriam capazes de mudar o comportamento dos moradores de área de risco. O incentivo

à reflexão acabou em soluções relacionadas à necessidade de informação e mudança de cultura.

Interessante destacar o relato sobre a mudança de comportamento em relação a temas ambientais, quando uma das lideranças deu-se conta que sua mudança de uso de copos plásticos para canecas não descartáveis foi porque "*pegou no bolso*".

Para o grupo, no entanto, as motivações para mudança cultural perpassam também pela participação dos gestores públicos. As lideranças registraram a ausência de posto de saúde e de áreas de lazer, além de deficiências no sistema de recolhimento do lixo. E ao tentar descrever sobre o papel da Defesa Civil nesse contexto, afirmaram que a função da "*Defesa Civil é detectar onde está o risco*", desejando que ela tivesse um fundo próprio para que pudesse investir em trabalhos com as comunidades.

O que se percebe nos discursos da comunidade é uma quase impotência para solucionar problemas visíveis e bem compreendidos, ao mesmo tempo em que lhes falta informação e capacitação.

Apesar das dificuldades apresentadas pelas lideranças comunitárias, o diálogo manteve-se todo o tempo em tom positivo. "*Felicidade e orgulho*" são os sentimentos que descrevem a satisfação da presidente do NUDEC pelos resultados e conquistas de um trabalho iniciado em 2001, em parceria com a Defesa Civil e a Polícia Militar por meio dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCMS). "Eu não me sinto derrotada", disse a líder comunitária.

(Região Nordeste – 2º semestre de 2010)

O grupo focal foi realizado com moradores de uma comunidade retirada de uma das piores ocupações do município e frequentemente afetado pelas fortes chuvas, quando os barracos eram levados pela lama. A realocação das famílias, que ocuparam o morro durante mais de 10 anos, começou com o processo de cadastramento e acompanhamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e da COMDEC, até a entrega oficial das novas residências em 10 de junho de 2010.

CL, de 28 anos, que durante toda a conversa permaneceu com o seu bebê de dois meses no colo, morou no Morro durante cinco anos, senhor AD residiu no local por três anos e JS por oito. Quando questionados sobre as principais dificuldades de morar no Morro, as queixas foram com relação à violência e drogas, revelando que muitas vezes era preciso trancar-se em casa. Voluntariamente os relatos não abordaram as questões relacionadas

a uma ocupação irregular em área de risco, denotando uma percepção de que os prejuízos provocados por fenômenos como enxurradas e vendavais têm origem muito mais natural que antrópica. Estimulados a refletir sobre as consequências das chuvas nos seus barracos, a moradora afirmou *"Pedia a Deus que não caísse"*.

A felicidade é visível e declarada quando passamos a conversar sobre a nova moradia. As mulheres relataram que não trabalham, pois dependem do Programa Bolsa Família, mas eventualmente ganham algum dinheiro com faxina. Mesmo assim, mostram-se satisfeitas com a nova vida, um lugar tranquilo, onde é possível caminhar, deixar as casas abertas, sem preocupações. *"Não tenho medo de nada"*, disse JS. O senhor DA, por sua vez, encontrou na localidade uma nova fonte de renda. Transformou o quarto da nova casa em uma mercearia. Passou a dormir na varanda, mas mostrou-se contente em ter seu próprio comércio para atender ao bairro que começa a crescer com a entrega de novas casas e apartamentos para moradores de outras áreas de risco do município.

Outro aspecto, frequentemente relatado pelos profissionais de defesa civil como uma das principais dificuldades de seu trabalho, foi abordado com os moradores: famílias que ocupam áreas de risco para receber moradias e aquelas que comercializam casas recebidas em processos de realocação. O relato dos moradores reforça essa difícil realidade.

Segundo relatos, alguns moradores, ao ouvirem falar do cadastramento para recebimento de novas residências, tentaram ocupar o Morro do Avião. Os moradores mais antigos do local tentavam impedir as novas ocupações que, segundo os seus relatos, foram evitadas. Não foi possível evitar, no entanto, a comercialização das novas residências. Alguns moradores que já possuíam outro local para morar acabaram vendendo suas residências, principalmente para comércios, mesmo cientes de que o cadastro da prefeitura impedirá a participação em outros projetos de realocação.

No novo conjunto residencial, conversamos também com MR síndico de oito blocos de prédios onde residem famílias provenientes de diversas áreas do município. MR, um dos primeiros contemplados com moradia no local, há cerca de cinco meses, mora com a esposa e o filho MV, nascido depois de sua mudança para o novo apartamento. O morador relatou algumas impressões bem diferentes do primeiro grupo.

Apesar de também satisfeito com a casa própria, o morador precisa gerenciar as dificuldades de ser síndico de 128 apartamentos. São vazamentos de água e entupimentos de caixa de gordura por conta de uma construção com duvidoso controle de qualidade. Assaltos e violência por conta de usuários de drogas que percebem uma

crescente movimentação no local. Contas de água e luz para serem rateadas pelos moradores, exigindo a cobrança de taxas de condomínio de uma população em grande parte desempregada. São os desafios do Conjunto 17 de Março, enfrentados por MR, não sem o apoio da defesa civil municipal, que frequentemente visita o bairro para acompanhar sua ocupação.

(Região Nordeste – 2º semestre de 2010)

Os contatos realizados com os moradores do município não foram realizados em forma de grupo focal, devido às visitas terem sido realizadas em diferentes locais para visualização das formações de dolinas. A primeira visita foi realizada na localidade denominada Tranqueira, onde há cerca de três anos abriu-se uma enorme cratera (dolina de cerca de 230 metros de diâmetro).

Segundo o relato dos moradores, o terreno cedeu de um dia para o outro. *“Começou com um pequeno buraco e no dia seguinte virou atrativo turístico. Tivemos de cercar o local com postes de concreto para evitar a aproximação da imprensa e de curiosos”,* contam os bombeiros e profissionais de defesa civil do município. Trata-se de um local isolado, de mata, sem ocupação urbana.

Na caminhada até o alto do morro, onde a dolina se abriu, encontramos com moradores locais que costumavam plantar na região, mas depois do ocorrido passaram a evitar a permanência na área.

No dia seguinte visitamos, acompanhados da equipe de Defesa Civil do município, uma residência em área urbana, bem próxima ao centro da cidade. O proprietário, senhor SA, que mora no local há 23 anos, havia comunicado o aparecimento de uma dolina nos fundos de sua casa há poucos dias e conta que recebeu areia para cobrir o buraco. O contato mostrou um senhor sério, em uma residência, que quando perguntado sobre sua experiência em morar em uma área com permanente risco de subsidência, ou sobre a vontade de mudar para um local mais seguro, ponderou: *“Tudo aqui embaixo é calcário e a gente não sabe o quanto tão tirando de água... vai levar uns 50 anos, mas vai cair”*. E indicando para o sobrado ao lado de sua casa, acrescentou: *“só não pode fazer construção alta”*.

Em seguida, visitamos uma escola estadual abandonada. Uma construção utilizada apenas durante um ano pelos alunos e logo interditada por causa das grandes rachaduras surgidas nas paredes, teto e até pela descida do chão. Na sequência, a visita

foi em uma área cercada pela companhia de saneamento do Estado que ocorreu após a retirada de moradores, pagamento de indenização e demolição de residências afetadas pelo fenômeno em consequência das atividades da companhia nas proximidades. No local, não foi possível conversar com os moradores, mas interessante foi perceber que vizinhas à área cercada, inúmeras outras residências permanecem na rotina da cidade - mais uma localidade próxima ao centro da cidade afetada pela subsidência do solo.

No município há também um Parque Ambiental. Logo na entrada do parque, um grande lago natural é formado, segundo informação dos profissionais de defesa civil, por um dolina. Os administradores do parque também informam que é comum o surgimento de novas aberturas no solo, fato que lidam com normalidade e sem grandes preocupações aparentes.

A última visita do dia foi ao Bairro Botiatuba, área rural do município. Recebidos pelo senhor GK, proprietário da área, fomos levados aos fundos da casa onde uma nova dolina havia surgido.

Chamou a atenção a naturalidade com que todos tratam o assunto. O senhor GK contou que durante 13 anos a área foi ocupada por água, como um lago. Um dia acordou e a área estava seca, com um pequeno buraco no solo. *"Secou um dia depois do temporal forte"*. E quando da nossa visita, o buraco já se transformara em uma abertura mais profunda e de cavidade circular. Sérios, os profissionais de defesa civil recomendaram:

"Procure não ocupar a área e isolá-la de animais domésticos".

"Vou queimar" – respondeu o senhor GK, referindo-se aos tocos de madeira que ficavam no fundo do extinto lago.

"Cuidado! Amarre uma corda na cintura" – respondeu o Sargento, prevenindo o morador para o risco de a abertura no solo ampliar-se.

Ao perguntar ao proprietário sobre sua familiaridade com o fenômeno, informou que assim que a água secou, comunicou à defesa civil, que levou até o local pesquisadores da universidade federal. *"Estiveram aqui o professor R e o senhor R, da Mineropar. Pediram-me para acompanhar e avisar caso o buraco aumentasse. Acho que tenho de chamar eles de novo porque aqui estamos em uma zona de muito calcário e muita água por baixo"*.

Bem próxima à dolina está a casa de um vizinho. O senhor GK conta: *"Quantas noites não dormiram. Sabe lá o que tem aí por baixo"*. Durante os dois dias de visita às áreas, esse foi o primeiro relato que demonstrou realmente preocupação. Em geral, as falas

carregavam certa tranquilidade e extrema familiaridade com o fenômeno, diferentemente da percepção dos pesquisadores.

Os profissionais de defesa civil, por outro lado, demonstraram preparação e conhecimento precisos sobre o assunto. Conhecem moradores por nome, caminhos e as dolinas e demonstraram responder rapidamente aos chamados.

É uma área de risco, a qualquer momento novas cavidades podem aparecer, mas a população parece estar bem acostumada a isso. Restaria saber se estar acostumada é sinônimo de estar preparada, ou se o sentimento de "*isso não acontece comigo*" ainda prevalece.

(Região Sul – 2º semestre de 2010)

A comunidade localiza-se em área de risco de inundações e a discussão teve como foco as ações do NUDEC. Entre as dificuldades, os líderes apontaram a existência daqueles que buscam aproveitar-se da situação de afetado, exemplificando situações de fogo criminoso para receber indenização. "*Não é vantagem, é negócio*", disseram.

Participaram do grupo focal o padre FV, JC, líder comunitário, e os agentes de defesa civil DA, VB, EF. O senhor JC relatou que ali "*sempre foi uma área de enchente e sempre houve riscos. O bombeiro não dá conta. A comunidade está acostumada, todo mundo vai para o salão da igreja*".

Na organização da comunidade, o mais importante é saber a quem do NUDEC deve-se reportar. "*A comunidade conhece as pessoas mais vulneráveis, mas sem conhecimento pode acabar prejudicando-as.*" Por outro lado, em situações de inundação há o perigo de saques, relata o líder: "*o pessoal não vai sair das casas porque se sair tem assalto.*"

Soma-se às dificuldades a necessidade de trabalhar com a comunidade temas como lixo e solidariedade.

Para prevenção de vítimas, a comunidade já estabeleceu com a Defesa Civil uma rotina de alertas. Sempre que preciso, a Defesa Civil informa o padre sobre previsão de chuvas e no quadro de avisos da paróquia, no espaço reservado ao NUDEC, o religioso atualiza as informações. "*Na enchente você se sente bem. Você ajuda o próximo, a mulher grávida.*"

(Região Sudeste – 2º semestre de 2010)

9.4. Resultados parciais das entrevistas exploratórias

No período compreendido entre agosto e dezembro de 2010, foram realizadas **42 entrevistas** exploratórias com coordenadores estaduais e municipais de Defesa Civil, assessores de imprensa das Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (Cedecs) e jornalistas da imprensa local nos 12 estados da federação visitados nos quatro primeiros meses dessa atividade, introduzida ao **PCRD** a partir do mês de agosto de 2010.

As unidades federativas nas quais foi realizada a entrevista exploratória foram Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A abordagem aos entrevistados deu-se, em sua grande maioria, pessoalmente e nos mesmos dias em que foram promovidas a oficina de Comunicação e Percepção de Riscos de Desastres. As entrevistas foram previamente agendadas com os entrevistados, mas em decorrência de alguma mudança na agenda do entrevistado, a atividade foi feita por telefone ou correio eletrônico.

O propósito da entrevistas exploratórias do **PCRD** é identificar as impressões e opiniões profissionais e técnicas dos coordenadores da Defesa Civil, jornalistas e assessores de imprensa dos órgãos de interesse acerca das questões relacionadas à gestão de riscos de desastres no estado visitado.

Os profissionais entrevistados foram divididos em três grupos de interesse, sendo:

- ✓ **Grupo I** – Coordenadores da Defesa Civil (Estado e municípios);
- ✓ **Grupo II** – Jornalistas de pelo menos dois dos principais jornais do Estado;
- ✓ **Grupo III** – Assessores de Imprensa dos órgãos de interesse (Defesa Civil e Corpo de Bombeiros).

Devido ao fato de as perguntas serem dirigidas a profissionais com atuações distintas, para cada grupo foi definido um foco específico no questionário, conforme mostram as tabelas a seguir:

Perguntas ao Grupo I - Coordenadores de Defesa Civil
1. Quais os principais riscos de desastres aos quais a população do Estado/Município está exposta?
2. Nos últimos dois anos, quais as principais ocorrências de desastres no Estado?
3. Há mapas de riscos no Estado? Na capital ou em algum município?
4. Como se dá o registro das ocorrências de desastres no Estado? Há algum banco de dados?
5. Como são gerenciados os riscos de desastres no Estado? Há um gerenciamento integrado com outros órgãos (Secretarias, órgãos de meio ambiente etc)?
6. Como tem sido a relação entre a Defesa Civil e as comunidades vulneráveis aos desastres?
7. As pessoas ou comunidades que vivem nas áreas de riscos sabem que estão expostas a riscos? Com base na sua experiência, por que essas pessoas moram em tais áreas?
8. A Defesa Civil tem encontrado resistência das comunidades em situações de riscos de desastres? Quais?
9. Que mecanismos a Defesa Civil tem usado para desenvolver uma comunicação efetiva com a comunidade, com a imprensa e com outras instituições de interesse, como Corpo de Bombeiros e Ibama?

Perguntas ao Grupo II - Jornalistas da imprensa local
1. Você se recorda dos últimos desastres que acometeram o Estado? Quais foram?
2. Que dificuldades os jornalistas encontram para a cobertura no cenário dos desastres.
3. O jornal tem pautado mais fatos relacionados a desastres ou a riscos de desastres?
4. Vocês recebem informações (pautas) sobre ações de prevenção aos desastres?
5. Como é a relação entre os jornalistas com os órgãos de prevenção e resposta (Defesa Civil, Bombeiros...)?
6. Quais as principais dificuldades para cobrir essa área?
7. Com base na atuação de vocês, é possível identificar o motivo que leva as pessoas a residirem em áreas de riscos? Vocês acham que elas têm informações suficientes sobre os riscos?
8. Geralmente o jornalismo é criticado por cobrir situações de riscos e de desastres com sensacionalismo. Qual a opinião de vocês a respeito?
9. O que falta para a imprensa conseguir produzir matérias sobre riscos e, com elas, ajudar na orientação das comunidades?

Perguntas ao Grupo III - Assessores de Imprensa – Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros
1. Como se dá a relação entre a assessoria e os meios de comunicação locais?
2. A assessoria de imprensa costuma pautar a imprensa ou praticamente só atende a demanda dos veículos?
3. Quais as principais dificuldades para atender a imprensa?
4. Como se dá a comunicação interna nesse órgão com foco na gestão de riscos e de desastres?
5. Há na instituição um setor ou uma pessoa responsável pela coordenação das informações em situação de riscos e de desastres?
6. Como se dá a comunicação com as demais instituições de interesse e atuação na área?
7. Em cenários de riscos e de desastres as informações muitas vezes são desencontradas e há muitos ruídos e rumores. A que você atribui esse fato?
8. A assessoria tem um banco de dados com o registro dos últimos desastres no Estado?
9. O que poderia ser melhorado para a construção de uma comunicação entre a assessoria e os diversos órgãos e instituições?

As percepções dos entrevistados

Em todas as ocasiões, foi ressaltado ao entrevistado o propósito da entrevista exploratória sem, no entanto, influenciar a espontaneidade de suas respostas.

A postura adotada pelo entrevistador foi muito semelhante à do repórter diante de sua fonte de informação, ou seja, primou-se sempre pela distância e pelo respeito profissional.

Os resultados até agora obtidos com a metodologia proposta pelo roteiro de entrevistas revelam as múltiplas percepções desses três importantes grupos de atores sociais sobre os riscos, conforme mostram os trechos dos depoimentos a seguir.

O material levantado até o momento poderá, no futuro, servir de base para a formulação de políticas públicas voltadas à comunicação e percepção de riscos.

O olhar dos coordenadores – Grupo I

Com base nos relatos abaixo, é possível identificar o reconhecimento, por parte dos coordenadores das defesas civis estaduais e municipais, da importância da atuação da imprensa local na gestão de riscos e de desastres.

Observa-se que na maioria das respostas a imprensa é vista como parceira da defesa civil, auxiliando-a com a disseminação de informações sobre desastres e situações de riscos, como a divulgação de boletins meteorológicos, medidas preventivas, entre outras ações.

Curiosamente, as opiniões divergem das registradas pela maioria dos participantes das oficinas de Comunicação e Percepção de Riscos, para os quais a imprensa, na situação de desastres, mais atrapalha que ajuda, ampliando socialmente o desastre, e, diante das ações de prevenção, os meios de comunicação são indiferentes.

Com o propósito de manter o anonimato dos entrevistados e, assim, garantir respostas mais verdadeiras, ao final de cada depoimento, a identificação do respondente dá-se apenas pelas iniciais dos seus nomes. A seguir, alguns dos depoimentos das entrevistas exploratórias com o **Grupo I** são registrados.

Temos um papel importante [para as comunidades que vivem em áreas de risco], porque, num primeiro momento, somos nós que nos preocupamos em identificar essas áreas e, numa segunda etapa, fazemos um trabalho educativo, levando informação a essas comunidades.

(JNM, major)

Nós precisamos trazer os meios de comunicação de nosso estado para perto de nós, para nos ajudar a informar a população e todos os envolvidos com a Defesa Civil. [...] A Defesa Civil é assistencialista e esse modelo está ultrapassado. Só assistir quando o desastre acontece não adianta. Temos de trabalhar a prevenção. Para isso, temos de celebrar convênios, contatos e trazer a imprensa para perto da Defesa Civil.

(WL, coronel)

A percepção de risco varia de pessoa para pessoa. Quem vive numa situação de risco pode considerá-la uma coisa normal. Temos uma área de alto risco ocupada há 30 anos, mas nada aconteceu lá até agora. Então, os moradores vivem no local tranquilamente. Em outras áreas, qualquer barulho faz com que a população evacue imediatamente o local. [...] É necessário que as pessoas tenham essa percepção sobre os riscos a que se expõem, e esse trabalho da Defesa Civil deveria começar nas escolas. [...] A imprensa também nos ajuda muito. Conhecemos praticamente todos os repórteres daqui e, logo que começa a chover, eles nos procuram e nos ajudam monitorando [as áreas de risco] e divulgando informações.

(NMN, engenheiro civil)

Os meus 29 anos de carreira de bombeiro militar mostram que a maioria das pessoas que moram em áreas ambientalmente vulneráveis não tem noção do risco [a que está exposta]. Nesse sentido, quero dar um ponto positivo à imprensa, que em nosso estado publica todas as nossas ações de prevenção e resposta aos desastres, mantendo a população informada sobre nossos trabalhos. Aqui, a imprensa está ao nosso lado em todas as situações, tanto

na normalidade quanto na anormalidade.

(CRS, coronel)

Nosso relacionamento com a imprensa é o melhor possível. Em 2009, durante uma grande enchente que enfrentamos, a imprensa foi importantíssima para nós, principalmente em função da parceria que fizemos com o Ministério Público. Todas as doações enviadas às regiões afetadas eram filmadas antes de embarcarmos nos caminhões e as imagens foram entregues aos promotores de justiça, evitando, dessa forma, os desvios.

(JV, coronel)

A nossa prioridade deve ser trabalhar com as Comdecs, para que elas sejam atuantes nas comunidades, por meio de seus NUDECs. Temos de ramificar a Defesa Civil para nos aproximarmos da população. E a imprensa tem um papel importante nesse processo.

(OJB, major)

A imprensa tem de ser nossa aliada para repassar as informações e deixar a população informada do que acontece. [...] Hoje em dia, essa relação [entre a imprensa e a Defesa Civil] é indispensável, assim como nossa relação com os órgãos de meteorologia.

(EE, major)

Acredito que o rádio consegue atingir o grosso das nossas comunidades – o ribeirinho, o produtor rural e o homem que fica no meio do mato. Apesar do esforço para se implantar [o programa] Floresta Digital e a internet livre, muitas aldeias e municípios não dispõem desses serviços. Portanto, é o rádio que atinge o coração das pessoas.

(JJOS, coronel)

Temos uma Diretoria de Comunicação Social dentro da Defesa Civil. Trabalhamos muito com a Secretaria de Comunicação do estado. Toda e

qualquer notícia que é divulgada para a imprensa, com exceção dos alertas meteorológicos, acaba sendo de comum acordo. Isso faz com que as notícias cheguem mais rápido aos seus destinatários.

(SF, major)

O olhar dos jornalistas – Grupo II

Os depoimentos que serão registrados neste tópico revelam parte da opinião da imprensa sobre o tema central da entrevista exploratória. Muitos dos jornalistas entrevistados reconheceram falhas no seu trabalho, mas dividiram responsabilidades com as defesas civis estaduais e municipais.

Em muitas respostas, observa-se a dificuldade dos entrevistados de manterem a fronteira entre duas situações distintas: gerenciamento de desastres e gerenciamento de riscos de desastres. Ao abordarem o seu papel na cobertura de pautas relacionadas à prevenção, muitos jornalistas misturaram as dificuldades em lidar com a defesa civil e com outras situações no momento de resposta aos desastres. Essa constatação sugere que os jornalistas ainda têm dificuldade de identificar o que significa gestão de riscos e gestão de desastres e, sobretudo, diferenciá-las na prática.

Essa dificuldade pode ajudar a explicar parte da crítica à defesa civil, no que diz respeito ao atendimento à imprensa, uma vez que no cenário dos desastres as instituições envolvidas na resposta estão focadas na ajuda às vítimas e na urgência de devolver a normalidade às comunidades atingidas.

Para muitos dos profissionais de imprensa ouvidos pelos pesquisadores do projeto, os principais desafios para produzir boas matérias sobre riscos são a falta de dados e de especialistas no assunto, e as informações desencontradas, como o conflito de informações entre Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.

Ao citarem a falta de especialistas, os jornalistas tentam também dividir a culpa com a defesa civil, porém, trata-se de uma demonstração de desconhecimento da existência e da atuação da comunidade científica local, cujos pesquisadores estão alocados nas universidades privadas, públicas (estaduais e federais) e nas instituições de pesquisa e têm, em menor ou

maior escala, produzido pesquisas e estudos nas áreas correlatas com as questões dos riscos de desastres.

Um registro interessante dos entrevistados refere-se à falta de conhecimento sobre as ações de prevenção da defesa civil. Para muitos, o desastre ocupa mais espaço porque ele é factual e trata-se de um acontecimento que todos ficam sabendo, até porque, segundo os jornalistas, as comunidades expostas têm sempre procurado a imprensa. Os relatos nessa direção sugerem que a defesa civil não está conseguindo “pautar” a imprensa, que no jargão jornalístico chama-se “cavar pauta”, ou seja, fazer um fato virar notícia.

Como já registrado, a maioria das defesas civis não dispõe de assessorias próprias de comunicação, o que pode explicar as lacunas de pautas sobre ações de prevenção. A seguir, os relatos de alguns dos jornalistas entrevistados são destacados.

As principais [dificuldades enfrentadas pelos jornalistas que cobrem situações de risco] são a obtenção de dados técnicos e o acesso aos locais dos desastres [...], embora as defesas civis da capital e do estado mantenham equipes que nos ajudam nessas ocasiões. [...] O Centro de Meteorologia do nosso estado agora também divulga alertas. Isso é uma coisa recente. Há pouco tempo, éramos atingidos [por deslizamentos e enchentes] e nem sabíamos de onde ela [a chuva] tinha vindo. [...] Por isso, as sugestões de pauta [da Defesa Civil] são sempre bem-vindas e aceitas. Quando isso ocorre, sempre publicamos.

(GM, editor)

Não estamos fazendo a cobertura ideal [sobre os riscos de desastres], a que eu gostaria de ver publicada em nossas páginas. Eu ainda não consegui fazer uma matéria sobre a aparelhagem [técnica] das nossas defesas civis [...], mostrando o que o estado e os municípios possuem em termos de equipamentos e de estrutura para atendimento em uma situação emergencial de grande porte. Como as enchentes só ocorrem de vez em quando, fazemos apenas uma cobertura momentânea. [...] E como não recebemos subsídios para cobertura acerca das ações preventivas, também vamos deixando o

assunto de lado. Algumas agências de notícias nos alimentam [com informações], nos provocam. Mas falta essa “provocação” por parte da Defesa Civil, embora a cobrança seja uma questão da responsabilidade social da nossa profissão.

(EF, chefe de reportagem)

A TV tem pautado mais os fatos [desastres] do que os riscos. Talvez isso aconteça por incompetência nossa, mas também não recebemos informações sobre prevenção. [...] A relação entre nós e a Defesa Civil é pontual. Nem se você mostrasse-me uma foto eu saberia identificar quem é o coordenador da nossa Defesa Civil estadual. [...] Durante os desastres, nossa maior dificuldade é encontrar alguém que fale sobre ele e nos forneça uma explicação lógica. [...] Esperamos que todo o Brasil acorde para o problema da Defesa Civil. O Brasil vive um clima de desastre e, por isso, precisamos fortalecer as instituições dessa área.

(VP, chefe de reportagem)

Quanto mais houver feedback entre os órgãos de Defesa Civil e a mídia, o resultado será muito importante, porque isso vai gerar pauta e iniciativa no próprio governo. [...] O papel da mídia é muito difícil. Se você sai do assunto, as pessoas te cobram; se você martela, as pessoas te cobram também. [...] O que eu acho que falta [para a imprensa produzir mais matérias sobre riscos de desastres] é chegar até nós esse tipo de informação; porque chegando, a gente faz [a reportagem]. O assunto interessa, e muito. Se a informação de prevenção chegar, é mais do que pauta, fica registrada e serve de prova, no caso de algum desastre futuro.

(RP, chefe de redação)

As portas da Defesa Civil sempre estiveram abertas para nós. Portanto, nossa maior dificuldade em cobrir desastres é de caráter físico; trata-se do acesso a esses locais. [...] E se tivéssemos acesso a mais informações técnicas, pautaríamos [as ações preventivas] com mais frequência. Precisamos de informações de qualidade, provenientes de especialistas que possam traduzir

com clareza esse tipo de assunto para o nosso leitor. [...] Já está claro que a remediação custa mais do que a prevenção. Se você reparar no orçamento do Ministério da Integração Nacional, você perceberá essa disparidade.

(DM, chefe de reportagem)

O que eu percebo é que não há medidas preventivas. No Brasil, todas as tragédias são anunciadas. E se não existe prevenção, não há como colocá-la na pauta. Aliás, é a própria população [exposta a riscos] que nos informa sobre a situação onde vive.

(RB, diretor de jornalismo e programação)

A maior dificuldade [para cobrir desastres] é conseguir algumas informações de especialistas, como de um meteorologista que possa explicar o fenômeno que originou uma tragédia, ou de um ambientalista que explique o que causou determinado alagamento. É claro que precisamos mostrar o drama do morador, mas também devemos divulgar as causas e as soluções para o problema. [...] Nessas situações, não temos uma fonte que nos forneça informações seguras. [As autoridades] sempre negarão os problemas e exaltarão a qualidade dos serviços. [...] Muitas vezes, só conseguimos mobilizar o poder público com o choro de uma pessoa. Somos jornalistas e temos de cobrir os fatos. Se uma senhora que perdeu tudo nos procura, nós, como sendo uma emissora popular, vamos contar essa história e ficar em cima [das autoridades] para ver se ela consegue outra casa.

(RA, apresentador e editor)

Risco ambiental, mudança climática e perigo das encostas em tempos de chuvas são assuntos que sempre estão em pauta [...] e entendemos que o trabalho [da Defesa Civil] é complicado em situações de tragédia, mas acredito que a atenção dada à imprensa poderia ser melhor. Ficamos o dia todo aguardando, para no final recebermos a resposta. Também há muita informação desencontrada. A Defesa Civil fala uma coisa, e os Bombeiros, outra. Falta centralizar tudo isso, para depois repassar à imprensa.

(RCJ, repórter)

É importante que tenhamos uma base sólida para fazermos boas reportagens e, assim, esclarecer para a população que os problemas [desastres] nos afetam no dia a dia são provocados por nossas próprias ações.

(LB, repórter e produtor)

Uma grande dificuldade [enfrentada pela imprensa] é chegar aos locais atingidos [por desastres]. Muitas vezes, precisamos do acompanhamento da Defesa Civil, e seus agentes ficam ocupados e preocupados com o serviço deles. Mas dentro do possível, temos conseguido chegar a esses locais. Outra dificuldade é a falta de dados. Como trabalhamos muito com estatísticas, precisamos de números.

(VR, subeditora)

O Corpo de Bombeiros tem colaborado muito conosco. Inclusive enviando fotografias quando não conseguimos acessar [os locais de desastres. Isso nos ajuda muito.

(RH, editor)

Por sermos uma TV pública, estamos sempre acompanhando e divulgando as ações de prevenção [de desastres], tanto os programas do estado como os da prefeitura [da capital]. É claro que, quando os desastres acontecem, também os pautamos, já que não podemos abandonar o fato.

(RRR, coordenadora de pauta)

O olhar dos assessores de imprensa – Grupo III

Os depoimentos dos entrevistados do **Grupo III**, formado por assessores de imprensa atuantes na defesa civil ou nas instituições parceiras, como Corpo de Bombeiros e secretarias de comunicação dos estados e dos municípios, seguem na mesma direção daqueles registrados no **Grupo I**.

Significa dizer que, assim como os diretores de defesa civil, os assessores de imprensa tanto reconhecem a importância do trabalho da imprensa como

elogiam a sua atuação – divergindo da maioria dos presentes nas oficinas de Comunicação.

Como foi acordado com todos os entrevistados que o anonimato seria mantido, não é possível afirmar que as respostas não sejam fiéis ao pensamento dos respondentes ou que elas correspondam a uma tentativa de manter-se simpático aos olhos da imprensa, sobretudo a local.

Verifica-se, portanto, que as respostas dos jornalistas atuantes nos meios de comunicação local foram mais críticas e, portanto, parecem mais verossímeis. Isso não significa dizer que as respostas dos dois grupos I e III não foram verdadeiras. O fato curioso é a discrepância entre tais respostas e aquelas registradas durante as oficinas.

Com alguns dos depoimentos a seguir, é possível identificar o pensamento dos assessores de imprensa.

Temos um bom vínculo com os meios de comunicação. Sempre que mandamos releases ou sugestões [de pauta], eles nos atendem, tanto o Corpo de Bombeiros quanto a Defesa Civil. [...] Diariamente, também publicamos pelo menos uma notícia sobre nossas ações em nosso site. Mas nossos equipamentos poderiam ser mais modernos e a internet mais eficiente, para que pudéssemos postar vários documentos, fotos, releases e vídeos ao mesmo tempo. É preciso valorizar a tecnologia, e isso é complicado no setor público.
(SR, tenente)

Nossa relação com a imprensa é muito boa, mantemos um relacionamento muito estreito e sempre enviamos boletins [aos meios de comunicação] sobre a situação meteorológica do nosso estado. [...] Na maior parte das vezes, atendemos às demandas dos jornalistas. Releases e sugestões de pautas são enviados apenas quando há lançamento dos planos de contingência. [...] Nosso trabalho [em situações de emergência] muitas vezes é interrompido, porque são muitos veículos – rádio, TV, jornal e internet – e cada um tem seu tempo de fechamento.
(AP, capitão)

Os jornalistas são nossos parceiros e o trabalho deles é extremamente importante. Não temos problemas [com os jornalistas], já que eles tratam as informações da Defesa Civil com carinho e seriedade. [...] Nós pautamos a imprensa, mas não com aquele release tradicional com o qual os meios de comunicação estão acostumados. Pautamos com alertas, com notas e boletins diários, fazendo com que tenhamos um vínculo mais forte com a imprensa. [...] E a parceria com a Secretaria de Comunicação do estado é bem forte, ela nos dá todo suporte necessário em situações mais difíceis.

(FPC, jornalista)

Estou aqui há dois meses e fiz visitas às redações para conhecer o pessoal [da imprensa] e só recebi elogios a respeito da nossa equipe. Inclusive, alegam que nossa comunicação é melhor que a de outros órgãos de segurança. Nosso tempo de resposta é melhor, porque mantemos uma equipe ligada em dois computadores e ao telefone, e as informações [da Defesa Civil] são repassadas em tempo real para a mídia.

(MFS, tenente-coronel)

A imprensa tem mostrado cada vez mais interesse em captar matérias relacionadas à Defesa Civil. E nós temos interesse em informar a comunidade. Isso gera matérias e faz com que tenhamos sempre um bom relacionamento.

(MFA, major)

Procuramos ter o contato mais estreito possível com a imprensa. Ela é o nosso canal para sensibilizar de imediato a população. [...] Temos um laço estreito e de muita sinceridade e fidelidade [com a imprensa]. E também realizamos reuniões periódicas com outros órgãos do estado, para alinharmos as informações [a serem divulgadas em situações de crise].

(BCR, relações públicas)

Necessariamente, o trabalho de comunicação implica uma política de mão dupla com a imprensa, com a constante troca de informações. Dentro do sistema de comunicação integrado que temos, as secretarias e os órgãos

vinculados ao estado assumem uma postura pró-ativa de comunicação, não só atendendo às demandas levantadas pela imprensa, mas, principalmente, colocando em pauta assuntos e temas de interesse popular.

(VT, jornalista)

9.5. Análise da atuação da imprensa

No Brasil, pode-se afirmar que os riscos de desastres encontram-se divididos em dois grandes períodos, o de escassez de chuva e o de maior precipitação pluvial.

A escassez de chuva provoca períodos de estiagem que expõem as comunidades a riscos de incêndios florestais, de falta de água para suprir as necessidades básicas, de baixa umidade do ar, que aumenta a ocorrência de doenças respiratórias, de redução do nível dos rios e, com isso, o comprometimento da mobilidade por meio hídrico e da produção e abastecimento de energia elétrica.

Equivocadamente mais associada às regiões Norte e Nordeste do Brasil, por serem as que registram temperaturas mais elevadas, a estiagem tem impactado cidades de todo o país, inclusive as da região Sul.

Durante o período de maior precipitação pluvial, as comunidades ficam expostas a riscos de deslizamentos de terra, enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos, provocando perdas humanas e impactos à saúde, à mobilidade nas cidades, às moradias, sobretudo as localizadas nas chamadas áreas de riscos, ao fornecimento de serviços básicos etc.

É no período das chuvas que se concentra o maior número de óbitos, a maioria vítima de afogamento e de soterramento de suas casas.

A imprensa, exercendo a função que possui de fiscalizar e transmitir os fatos à sociedade marca forte presença nos locais de ocorrência dos desastres. A qualidade da informação veiculada, no entanto, tem sido questionada.

De certa forma, o repórter faz seu papel quando expõe os riscos e dramas da população. Por outro lado, explicar corretamente o que desencadeou a situação seria, no mínimo, o cumprimento do dever jornalístico de revelar todos os lados de um acontecimento.

Por outro lado, não se pode esperar que um jornalista seja especialista em clima, em solo, em habitação, em urbanismo e em todas as outras áreas do conhecimento envolvidas com a problemática dos desastres, tanto em situação de risco quanto de resposta.

Desta forma, as fontes, os entrevistados dessa área, capacitados tecnicamente e conhecedores do assunto, têm a sua responsabilidade dobrada.

O bom relacionamento entre a Defesa Civil e os órgãos de imprensa, por esse motivo, torna-se fundamental, sobretudo, frente ao processo de construção da credibilidade da defesa civil.

Ao mesmo tempo em que podem ser aliados em momentos de crise, ao repassarem informações úteis à população atingida, aos amigos e familiares das vítimas e à sociedade em geral, os veículos podem também dificultar o processo com críticas que tendem a comprometer a imagem e a credibilidade da Defesa Civil. Acreditar que a imprensa é sempre vilã quando divulga informações equivocadas seria, por outro lado, ingenuidade e exagero.

A Defesa Civil, no entanto, precisa estar preparada e capacitada para atender às demandas da imprensa, dispondo sempre de dados e informações seguras, devidamente apuradas. Transmitir credibilidade e segurança ao repórter encarregado da notícia é, sem dúvida, parte desse preparo.

Se a fonte, nesse caso o representante da Defesa Civil, estiver despreparada, os erros, equívocos e deslizes que cometer durante a entrevista serão multiplicados para milhares de pessoas. Isso porque o jornalismo brasileiro é majoritariamente declaratório, ou seja, sustentado na fala dos entrevistados. Se a fonte errar, o erro será reproduzido e multiplicado exponencialmente, especialmente na sociedade das redes sociais.

O mau jornalismo, nesse caso, seria resultado do despreparado tanto do jornalista quanto do entrevistado. O primeiro porque não se preocupou em estudar a pauta, em buscar informações tanto para subsidiar a produção da matéria quanto para a condução da entrevista, e o segundo porque, na maioria das vezes, ignora o desconhecimento do jornalista e não se esforça para traduzir termos ou informações técnicas.

O modo como a imprensa cobre as ações da Defesa Civil, por sua vez, ganha relevância em decorrência do papel dos meios de comunicação de massa

(MCM) na construção da imagem da entidade. “*Os meios de comunicação de massa têm posição privilegiada na organização da sociedade e na construção da realidade social contemporânea*” (Pavarino, 2003). Dessa forma, citando Mauro Wolf, 1999, aquilo que veicula na imprensa, em filmes e outros meios de comunicação de massa fará parte da realidade em que acredita a sociedade.

Os mass media, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media (Wolf, 1999).

As pesquisas nos veículos de comunicação, aqui apresentadas, são realizadas em paralelo às oficinas de comunicação e percepção de risco. O material foi levantado nos arquivos dos meios pesquisados, pela internet, ou solicitados ao veículo. Para possibilitar a identificação das matérias de interesse da pesquisa, foi feito um filtro por meio do uso dos termos-chave **defesa civil e risco de desastre**, entre os anos de 2007 e 2009.

Foram escolhidos para a pesquisa os dois jornais impressos de maior relevância de cada estado e do Distrito Federal. Ao todo, até o momento, foram analisadas **5.596** matérias de **15 veículos**. Em seguida, as matérias foram divididas em duas categorias: matérias que cobrem *riscos de desastres* e apenas *desastres*.

Em cada uma dessas duas categorias, os tipos de fontes foram divididos e identificados com letras: Defesa Civil (A); Outras fontes oficiais, como MI, MCT, prefeituras e governos estaduais (B); Especialistas, categoria representada por professores, pesquisadores e cientistas (C) e População diretamente afetada pelo desastre (D).

Tipo de pauta	Tipo de fonte consultada
Cobertura de risco de desastre	A – fonte oficial, exclusivamente representante da Defesa Civil
	B – outras fontes oficiais, como representantes do MI, MCT, prefeituras e governos estaduais
	C – especialistas, representantes de universidades e centros de pesquisa
	D – população diretamente afetada pelo desastre
Tipo de pauta	Tipo de fonte consultada
Cobertura de desastre	A – fonte oficial, exclusivamente representante da Defesa Civil
	B – outras fontes oficiais, como representantes do MI, MCT, prefeituras e governos estaduais
	C – especialistas representantes de universidades e centros de pesquisa
	D – população diretamente afetada pelo desastre

Tabela 1 – tipos de fontes

Das matérias analisadas, apenas **428**, ou **7,6%** do total, abordaram o tema *risco de desastre*. Em nenhuma dessas matérias a Defesa Civil foi fonte de informação, prevalecendo a categoria C (especialistas).

Nas matérias sobre desastres, as categorias A e B (Defesa Civil e Outras Fontes Oficiais) foram mais frequentes e estiveram presentes em **2.853** matérias, ou seja, em **50,1%** do total. A fonte C (Especialistas) respondeu por **13,4%**, ou seja, **750** das matérias. Os afetados pelos desastres (Categoria D) estiveram presentes em **1.565**, ou **28,9%**.

Gráfico1: Categoria "cobertura de desastres"

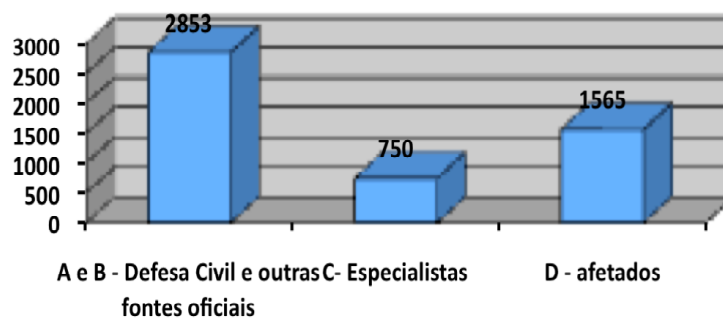
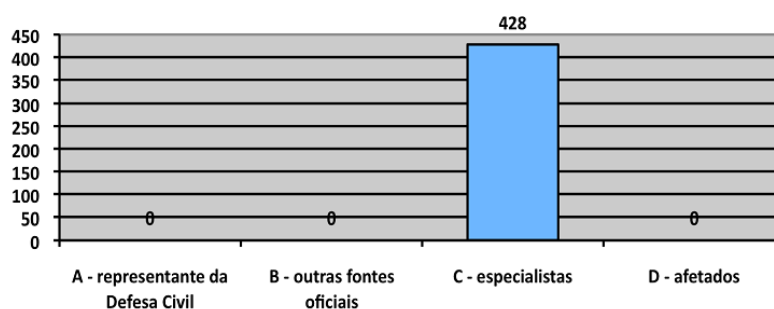


Gráfico2: Categoria "cobertura de risco de desastres"



Análise da Cobertura

Como registrado, a proposta da pesquisa foi analisar reportagens com os termos-chave **defesa civil** e **risco de desastre** entre os anos de 2007 e 2009 nos dois principais veículos de cada Estado brasileiro e do Distrito Federal.

Os trabalhos foram iniciados com o levantamento bibliográfico nas áreas de representação social, construção de imagem e hipótese do Agenda Setting. Essa etapa se fez necessária para melhor compreensão dos conceitos envolvidos na proposta de análise - cumprida entre os meses de setembro a dezembro de 2010, e que continuará de janeiro a agosto de 2011.

A partir da referência teórico-conceitual definida, passou-se então ao levantamento das reportagens sobre o tema. A busca aconteceu via internet, identificando os principais jornais, ou seja, aqueles com maior circulação e maior vendagem em cada capital (ver tabela 2). Após a identificação dos veículos, foi iniciada a pesquisa via internet nos bancos de dados dos jornais. Para aqueles que possuíam um banco de dados sistematizado na web, a pesquisa se deu sem dificuldades, já para os que não possuíam o processo a busca foi um pouco mais demorada.

Nesse caso, é feito um contato com o responsável pelo arquivo do veículo, que muitas vezes disponibiliza-se para fazer o levantamento. Quando não há essa possibilidade, realiza-se um levantamento das notícias que são publicadas no site do jornal na web.

Em outros casos, porém, não foi possível nem o acesso ao arquivo físico do jornal, nem o levantamento via internet das notícias publicadas no veículo, nem o acesso ao conteúdo publicado no site em anos anteriores. Nesses casos, não foi possível incluir o veículo no levantamento e estuda-se uma alternativa viável para tal.

Após a leitura, as matérias foram separadas nas duas categorias já citadas, aquelas que cobrem **riscos de desastres** e matérias sobre **desastres**. Em cada categoria, por sua vez, houve a divisão por tipos de fontes conforme, conforme a Tabela 1, já apresentada.

A classificação das matérias está sustentada no pressuposto que a imprensa cobre, majoritariamente, os fatos relacionados a desastres, e confere pouca

atenção às ações de prevenção que as diversas instituições, incluindo a Defesa Civil e a comunidade científica, têm promovido.

Em todos os veículos analisados, a cobertura foi predominantemente de desastres, o que correspondeu a **92,4%** das matérias levantadas. Esses números sugerem uma cobertura meramente factual, ou seja, ocorreu o desastre a imprensa cobriu.

A cobertura dos desastres é, sem dúvida, importante, no entanto, após a tragédia pouco tem a imprensa a fazer, raras exceções. Na maioria das situações analisadas os veículos passaram a ser repetitivos e a apelar para histórias isoladas, de exploração da dor das vítimas.

Ao considerar que o jornalismo tem a função social de transmitir informações de interesse público à sociedade, poder-se-ia esperar maior cobertura das ações de prevenção nas páginas dos noticiários. Com essa atuação, a imprensa contribuiria com o trabalho de alertar as comunidades sobre os riscos aos quais estão expostas, fornecendo, inclusive, argumentos para que a população possa exigir ações do poder público capazes de reduzir e gerenciar tais riscos.

A análise das matérias publicadas sobre prevenção (riscos de desastres), ou seja, 7,6% do total das matérias encontradas, não pautou a Defesa Civil como fonte de informação, recorrendo, majoritariamente, a especialistas alocados nas universidades mais prestigiadas do país.

Os especialistas, sem dúvida, são importantes fontes de informação em matérias sobre riscos e desastres. Nota-se, porém, que ao não recorrer a representantes da Defesa Civil como fontes de informação, os veículos contribuem para dissociar a Defesa Civil das ações de prevenção (gestão de riscos), reforçando a ideia de tratar-se de uma "instituição de resposta" aos desastres.

Essa análise dá origem a dois novos pressupostos: a) a Defesa Civil não organiza ações de prevenção; b) a Defesa Civil não divulga de forma eficaz as suas ações de prevenção.

Essas duas hipóteses podem ser parcialmente confirmadas por meio dos resultados obtidos com as entrevistas exploratórias com diretores de defesa civil, jornalistas de veículos de comunicação e assessores de imprensa

alocados nas instituições atuantes nas áreas de prevenção e resposta aos desastres.

Como registrado nos resultados da entrevista exploratória, a imprensa demonstra desconhecer as ações de defesa civil voltadas à prevenção. A comentarem sobre os desafios de cobrir os fatos relacionados a riscos, os jornalistas apontaram como o principal deles a falta de especialistas no assunto. Essa constatação reforça a percepção dos jornalistas de que a Defesa Civil não atua na gestão de riscos e, por isso, ela não é fonte de informação nessa área.

A tabela a seguir, com a quantidade total de matérias analisadas e a separação por abordagem, ilustra essas informações.

Estado	Data da oficina	Principais veículos impressos	Quantidade de matérias por veículo	Abordagem			
				1	2	3	4
Ceará	12.08.10	Diário do Nordeste	77	3	6	56	12
		O Estado do Ceará	119	9	19	49	42
Distrito Federal	13.05.10	Correio Braziliense	557	42	111	208	196
				21			
Espírito Santo	25.11.10	A Gazeta	267	28	38	125	83
		A Tribuna	316	42	57	113	118
Goiás	11.11.10	Diário da Manhã	462	30	77	211	132
		O Popular	332		59	87	156
Maranhão	29.07.10	O Imparcial	106	6	15	58	27
Mato Grosso	06.05.10	A Gazeta de Cuiabá	566	35	72	307	152
Minas Gerais	28.10.10	O Estado de Minas	536	56	68	234	178
Paraná	30.09.10	Gazeta do Povo	570	48	86	311	125
		O Estado do Paraná	100	4	9	65	22
Rio de Janeiro	22.01.10	O Globo	865	68	86	546	165
		Jornal do Brasil	623	28	36	423	136
Santa Catarina	26.08.10	Diário Catarinense	100	8	11	60	21
10 Estados			5596	428	750	2853	1565

Outro ponto importante constatado na pesquisa foi a presença maciça das fontes oficiais, representadas nesta pesquisa pelas categorias A (Defesa Civil) e B (Outras Fontes Oficiais), nas **5.596** matérias sobre desastres.

Essas duas fontes estiveram presentes em **50,1%** do total de matérias, seguida da categoria D (Afetados), com **28,9%** do total. Curiosamente a categoria C (Especialistas) esteve presente em apenas **13,4%** das

matérias. Os números reforçam a análise de uma cobertura polarizada, dramática, em que de um lado estão as vítimas (fonte D) e do outro os culpados (fonte A e B).

Deve-se ressaltar que recorrer à Defesa Civil e a outras fontes oficiais, como representantes do Corpo de Bombeiros, governos federal, estadual e municipal, é condição primária para inibir a propagação de rumores e garantir a procedência e a qualidade das informações no cenário dos desastres. A consulta a outras fontes, porém, como climatologistas, geólogos, engenheiros, assistentes sociais e psicólogos é de fundamental importância para a construção de uma cultura de riscos de desastres. Isso porque os especialistas, em suas áreas de atuação, contribuem para ampliar o olhar acerca desses acontecimentos historicamente construídos e que, portanto, demandam uma análise mais crítica, interdisciplinar e, portanto, integrada.

A cobertura polarizada entre culpado e vítima, ao explorar a dor das populações afetadas e ao buscar culpados, contribui com a ampliação social do desastre, fomentando o medo, a angústia e o sentimento de incerteza dos afetados. Essa atuação, por sua vez, distancia-se dos preceitos da comunicação de riscos e inibe a exploração do potencial dos meios de comunicação de massa tanto nos cenários dos riscos quanto no dos desastres.

10. RECOMENDAÇÕES

Como este relatório refere-se aos resultados parciais do **PCRD** - Promoção da Cultura de Riscos de Desastres, a equipe responsável pelo projeto optou por fazer recomendações mais sucintas.

Com base nos resultados alcançados com as seis ações que compõem o **PCRD**, recomenda-se que:

1. As oficinas de capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos ofereçam dez vagas a mais, passando de 40 para 50 o número limite de alunos; O representante da Sedec nas oficinas seja, na medida do possível, sempre o mesmo;
2. Os alunos disponham de material escrito referente ao conteúdo das oficinas;
3. Reservem-se, pelo menos, cinco vagas a professores e pesquisadores das universidades e instituições de pesquisa locais;
4. Oficinas de comunicação e percepção de riscos, específicas, sejam oferecidas às comunidades, especialmente aquelas expostas aos riscos;
5. Seja contemplada no projeto uma ação de sensibilização e capacitação dos jornalistas locais, com foco na gestão de riscos de desastres, com duração de, no máximo, quatro horas;
6. As defesas civis estaduais e municipais promovam encontros com a imprensa, como workshops, cafés da manhã, seminários, mini-cursos e visitas técnicas;
7. Sejam produzidos materiais de apoio ao trabalho da imprensa, como manuais, glossários e guias de fontes na área de riscos e de desastres, com foco na realidade local;
8. As defesas civis estaduais disponham de assessorias próprias de comunicação;
9. As defesas civis sejam incentivadas a conceber e a divulgar campanhas de prevenção, privilegiando a comunicação e a percepção de riscos;
10. Sejam criados bancos de dados de desastres, independente de sua intensidade, nos níveis federal, estadual e municipal;

11. A comunidade científica local seja integrada, por meio de comitês científicos, às ações de gerenciamento de riscos;
12. A partir do próximo Fórum Nacional de Defesa Civil seja oferecida uma mesa-redonda que aborde o tema imprensa e gestão de riscos;
13. A Defesa Civil, nos três níveis, reconheça a importância de realizar pesquisas de opinião no campo da percepção de riscos;
14. Seja ampliada a oferta de cursos de capacitação a distância.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUMES, K. R. **Cidades: (re)definindo seus papéis ao longo da história.** Caminhos de Geografia, v.2, n.3, p. 47-56, 2001

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Walmart Brasil. **Sustentabilidade aqui e agora.** Agência Envolverde e Ruschel & Associados, 2010. 31p.

BRYANT, E. A. *Climate process and change.* Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 209p.

CASTRO, A. L. C. **Manual de Planejamento em Defesa Civil.** Volume I. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999.

CETESB. **Análise de Riscos.** Disponível em:

<http://www.cetesb.sp.gov.br/Emergencia/riscos/estudo/conceito.asp> Acessado em 3/9/10

DI GIULIO, G.M; PEREIRA, N.M.; FIGUEIREDO, B.R.; **Comunicação de Risco: O Desafio dos Pesquisadores das Áreas de Meio Ambiente e Saúde.** Brasília: III Encontro da ANPPAS, 2006.

DOMAKOSKI, A. REZENDE, D.A. **Aquífero Karst e suas limitações para o crescimento populacional no município de Almirante Tamandaré – PR.** IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008.

KOSICKI, G. M. **Problems and opportunities in Agenda-setting research.** *Journal of communication* , 100-127, 1993.

MARCELINO, E. V.; NUNES, L. H.; KOBIYAMA, M. **Banco de dados de desastres naturais: análise de dados globais e regionais.** Caminhos de Geografia, v.6, n.19, p. 130-149, 2006.

MUNICH RE GROUP. **Topics 2000: natural catastrophes – the current position**. München: MUNICH RE GROUP, 1999. 127p.

NARDOCCI, A. C. **Risco como instrumento de gestão ambiental**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

PANAFTOSA-OPAS/OMS. **Guia de comunicação social e comunicação de risco em saúde animal**. Rio de Janeiro, 2007. 111p.

PAVARINO, R. N. (2003). **Teoria das representações sociais: Pertinência para as pesquisas em comunicação de massa**. *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Belo Horizonte.

SPINK, M. J. P. **Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(6):1277-1311, nov-dez, 2001.

VICTOR, C. **Comunicação de Riscos como uma Ferramenta do Processo de Tomada de Decisão**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Saúde Ambiental, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

TOBIN, G. A; MONTZ, B. E. **Natural hazards: explanation and integration**. New York: The Guilford Press, 1997. 388p.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

